



Universidades Lusíada

Cláudio, Fábio André Agostinho, 1994-

O dilema chinês : assertividade para um mundo harmonioso?

<http://hdl.handle.net/11067/6006>

<https://doi.org/10.34628/j21e-4h43>

Metadados

Data de Publicação

2020

Resumo

“O dilema chinês: assertividade para um mundo harmonioso?” teve como objetivo demonstrar de que maneira a China atua interna e externamente de modo a almejar o seu objetivo principal, ser uma superpotência com paridade internacional relativamente aos EUA. A atitude assertiva da China tem sido um meio para atingir um fim – uma ordem mundial harmoniosa para os interesses chineses. Por isso, neste trabalho é demonstrada a dicotomia que existe entre a retórica chinesa de uma ascensão pacífica e a as...

“The chinese dilemma: assertiveness for a harmonious world?” it aimed to demonstrate how China acts internally and externally in order to pursue its main objective, to be a superpower with international parity with the US. China’s assertive attitude has been a means to an end - a harmonious world order for Chinese interests. Therefore, this work demonstrates the dichotomy that exists between the Chinese rhetoric of a peaceful rise and the masked assertiveness in the form of cooperation. Chinese ...

Palavras Chave

China - Relações externas

Tipo

article

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULL-FCHS] LPIS, n. 19-20 (2020)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-23T14:12:26Z com informação proveniente do Repositório

**O DILEMA CHINÊS:
ASSERTIVIDADE PARA UM MUNDO HARMONIOSO?**

**THE CHINESE DILEMMA:
ASSERTIVENESS FOR A HARMONIOUS WORLD?**

Fábio André Agostinho Cláudio

Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Lusíada

ORCID: 000-0001-6333-6618

fagclaudio@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.34628/j21e-4h43>

Data de submissão / Submission date: 27/06/2020

Data de aceitação / Acceptance date: 25/01/2021

Resumo: “O dilema chinês: assertividade para um mundo harmonioso?” teve como objetivo demonstrar de que maneira a China atua interna e externamente de modo a almejar o seu objetivo principal, ser uma superpotência com paridade internacional relativamente aos EUA. A atitude assertiva da China tem sido um meio para atingir um fim – uma ordem mundial harmoniosa para os interesses chineses. Por isso, neste trabalho é demonstrada a dicotomia que existe entre a retórica chinesa de uma ascensão pacífica e a assertividade mascarada em forma de cooperação. A retórica chinesa revelou-se eficaz numa primeira fase de ascensão, no entanto, atualmente, as ações chinesas são diametralmente opostas ao seu discurso, pelo que têm criado cada vez mais percepções negativas e reações defensivas dos demais atores relativamente a esta. A ascensão de um ator como Pequim vem trazer novas mudanças estruturais que tornam a compleição do sistema internacional e a sua distribuição de poder bastante diferentes, deste modo torna-se relevante analisar a (re)ascensão de uma superpotência como a China.

Palavras-chave: China; Ascensão “Pacífica”; Ordem Mundial; *Hard Power*; *Soft Power*.

Abstract: “The chinese dilemma: assertiveness for a harmonious world?” it aimed to demonstrate how China acts internally and externally in order to pursue its main objective, to be a superpower with international parity with the US. China’s assertive attitude has been a means to an end - a harmonious world order for Chinese interests. Therefore, this work demonstrates the dichotomy that exists between the Chinese rhetoric of a peaceful rise and the masked assertiveness in the form of cooperation. Chinese rhetoric proved to be effective in the first phase of ascension, however, nowadays, Chinese actions are diametrically opposed to his speech, which is why they have increasingly created negative perceptions and defensive reactions from other actors in relation to this one. The rise of an actor like Beijing brings new structural changes that make the complexion of the international system and its distribution of power quite different, so it becomes relevant to analyze the reemergency of a superpower like China.

Keywords: China; “Peaceful” Rising; World Order; *Hard Power*; *Soft Power*.

1. Introdução

Neste trabalho, analisamos a (re)emergência chinesa como superpotência no sistema internacional. Devido à extensa bibliografia existente, decidiu-se delimitar o assunto “China” e abordar a sua ascensão, no sistema internacional, sob o ponto de vista do “Desenvolvimento Pacífico” promulgado pelo Partido Comunista Chinês (PCC). Ora, tal como o título indica, – “o dilema chinês” – o trabalho abordará a dicotomia que para nós existe entre a suposta ascensão pacífica e a assertividade cada vez mais patente no comportamento chinês. Iremos elencar várias razões que determinam a apetência chinesa para uma hegemonia partilhada com os EUA, mas, também, mostraremos fatores negativos que prejudicam ou podem vir a prejudicar a China.

Tendo em conta as alegações do Estado chinês ao longo dos anos, esta ascensão no sistema internacional é de cariz pacífico, sob a visão de um “mundo harmonioso” a alcançar, logo, segundo isto a China não quer alterar nem tão pouco implementar os seus princípios e ditames naquilo que seria uma nova ordem mundial. No nosso entender, podemos considerar que existiu, numa primeira fase de crescimento económico e de adaptação às novas reformas estruturais aplicadas no tempo de Deng Xiaoping, uma ascensão alheada de qualquer intenção que não o melhoramento das condições internas do próprio país alavancadas por essa tal recuperação económica. Pode dizer-se que a China adotou uma atitude *low profile*, concentrando-se nos seus níveis de crescimento e fortalecendo a sua posição dentro da própria ordem liberal. No entanto, hoje em dia, isso já não se verifica nos mesmos moldes. A China já não se limita ao papel de um mero Estado dentro do sistema internacional. Ao invés, tem adotado tanto interna como externamente políticas que demonstram a sua ambição de querer ditar as regras do jogo.

Partindo da premissa do título, podemos elencar os principais objetivos e respostas a que esta investigação pretendeu responder. O caminho que queremos traçar nesta investigação é o de caracterizar a China como uma potência cada vez mais assertiva nos seus intentos. Esta assertividade por parte dos chineses começou desde a chegada de Xi Jinping ao poder. Nesse sentido, no título fazemos ainda referência a uma “assertividade para um mundo harmonioso”, ou seja, uma atitude assertiva como meio para atingir uma ordem mundial harmoniosa para os interesses chineses, fazendo uma analogia à retórica chinesa de uma “ascensão pacífica numa visão de mundo harmonioso”. Ora, esse será o

busílis da questão: a dicotomia, que a nosso ver existe, entre a retórica chinesa de uma ascensão pacífica e a assertividade mascarada em forma de cooperação, que na realidade se tem verificado.

Em síntese, com este trabalho pretender-se-á demonstrar de que maneira a China atua interna e externamente de modo a almejar o seu objetivo principal, ser uma superpotência com paridade internacional relativamente aos EUA.

2. A Revolução de Xi Jinping

A 15 de novembro de 2012 era eleito Xi Jinping no cargo de secretário-geral do PCC como sucessor de Hu Jintao. Uns meses mais tarde viria, conseqüentemente, a suceder-lhe também como presidente¹ da RPC, a 15 de março de 2013. A RPC com Xi Jinping entrou numa nova fase do seu famoso “socialismo com características chinesas”. Adotando as palavras de Elizabeth Economy para denominar o percurso chinês desde a chegada de Xi Jinping ao poder, a “Terceira Revolução” está em curso. Uma revolução que nos remete para o novo estado de desenvolvimento interno e externo em que a China se encontra.

Xi Jinping desde cedo mostrou quais eram as suas intenções imediatas com a sua chegada ao poder, o 11.º secretário-geral do PCC teve como prioridades a construção do “sonho chinês”, o rejuvenescimento da nação chinesa e ao mesmo tempo o combate à corrupção que, segundo ele, minava os alicerces do partido e os objetivos da China. Não que a tentativa de rejuvenescimento chinês não estivesse já patente nas políticas dos seus antecessores, mas o modelo enveredado por Xi tornou-se sobejamente diferente dos seus compatriotas. Ao contrário dos mais recentes anteriores líderes chineses, Xi assumiu o controlo de todos os comités e comissões, tornando a sua liderança omnipresente²; adotou, também, a denominação de líder “central”, fazendo lembrar o culto de personalidade criado por Mao Tsé-Tung; pediu juras de fidelidade aos militares do Exército Popular de Libertação (EPL) e aos militantes do PCC³, ao mesmo tempo que eliminou os seus rivais políticos mais proeminentes (Economy, 2018, p. 11). Do tempo de Mao para Deng houve uma reversão progressiva da opacidade e centralismo para uma suavização do Estado na vida da população. Nas palavras de Elizabeth Economy, o atual líder chinês voltou a trazer essa “dramática centralização da autoridade sob a sua liderança pessoal e a penetração do Estado em praticamente todos os aspetos da vida do seu povo” (Economy, 2018, p. 10).

1 O nome presidente deve-se à ocidentalização do cargo, pois na realidade, na China, Xi Jinping é denominado de secretário-geral do PCC, chairman ou líder. A RPC não confere o cargo de presidente no seu sistema político tal como ele é concebido no Ocidente.

2 Como foi dito no jornal *New York Times*, em 2017, Xi Jinping tornou-se o “presidente de tudo” (“Chairman of everything”, em inglês).

3 Tendo inclusive, em 2018, sido abolido o limite de mandatos para o secretário-geral do partido.

2.1. China Orwelliana

As campanhas anticorrupção sob as ordens de Xi Jinping serviram como cimento agregador para a ligação do povo com os governantes. O restabelecimento da confiança dos cidadãos chineses com os seus líderes, consequentemente com o PCC, constituiu-se num fator importante para a prossecução de políticas cada vez mais intrusivas e controladoras. Um desses exemplos foi a censura e controlo nesta nova era digital.

A manipulação e controlo do fluxo de informação que pudesse denegrir a imagem da China ou do seu líder foi sempre uma preocupação dos governantes chineses. Fosse através do banimento e queima de livros, e mesmo pessoas, que atentassem às ideias imperiais, fosse através da instituição de códigos de conduta para impedir certos comportamentos e ideias, tais como outras crenças religiosas ou, mais recentemente, através da censura de ideias estrangeiras (Economy, 2018, p. 60). Sabemos das potencialidades que a *internet* nos amplia e da sua facilidade para fazer do mundo um lugar mais “pequeno”, ao facilitar significativamente as interações e mecanismos de sociabilização entre todos os cidadãos do mundo.

Por isso, com a progressiva massificação da *internet* na China, não seria de esperar uma possível liberdade digital. O regime chinês cedo percebeu que era imperativo o controlo da *internet* através de leis, criminalizando publicações que pudessem denegrir a segurança nacional, os interesses do Estado ou revelar segredos do Estado (Economy, 2018, p. 63). Sintomático de um regime autocrático, o mundo cibernético passou, também ele, a estar sob olhar atento do PCC. Do mesmo modo que a literatura e as notícias ocidentais eram alvo de censura nos tempos de Mao, atualmente na era digital os fluxos de informação vindos do Ocidente também são controlados. A massificação da informação permitida com a *internet*, por outro lado, veio consciencializar mais a população chinesa. No entanto, o combate à massificação desses novos horizontes tem sido uma constante dentro do sistema político chinês. A *internet* foi apropriada pelo Estado, mas também mudou a forma como os cidadãos se passaram a manifestar contra essa apropriação. Apesar da repressão, a *internet* veio dar espaço a uma nova forma de responsabilização dos governantes na China, uma nova forma de contacto com o mundo exterior e de ativismo contra as injustiças do quotidiano chinês.

De acordo com o relatório da Freedom House sobre a liberdade nas tecnologias de informação (Shahbaz e Funk, 2019), a China encontra-se pelo quarto ano consecutivo como o país que mais censura a liberdade na esfera digital. Noutra perspetiva, se analisarmos os dados de acordo com o nível de liberdade⁴,

⁴ O estudo teve em conta três parâmetros gerais: obstáculos ao acesso à *internet*; limites no conteúdo; e violação dos direitos do utilizador. Sendo que dentro desses parâmetros gerais foram estudados nove tipos de ocorrência para avaliar o comportamento dos Estados em matéria de liberdade

onde 100 corresponde a completamente livre e 0 correspondendo a nenhuma liberdade, a China encontra-se na última posição com 10 pontos numa amostra de 65 países. Uma das causas é o *software* “Great Firewall”, levado a cabo desde o início do milénio, que, por exemplo, bloqueia o acesso a sítios da *internet* de *media* internacionais que ameaçam a segurança e o interesse nacional chinês (Carricho, 2015, p. 268), consistindo no controlo do fluxo de informação que sai e entra no ciberespaço chinês. Nesta matéria, com Xi Jinping, a China apertou ainda mais o controlo desse fluxo de informação desenvolvendo outro mecanismo que é capaz de ajustar e substituir o conteúdo que circula e é publicado na *internet* - “Great Cannon” (Economy, 2018, p. 75). Estes tipos de mecanismos⁵ fazem parte de “uma complexa rede de regulações que dão ao Estado chinês acesso a conteúdo e meta dados dos utilizadores, permitindo às autoridades mais facilmente identificar e reprimir aqueles que partilharem conteúdo sensível (Shahbaz e Funk, 2019, p. 13). Em 2017, a Administração do Ciberespaço da China avançou com regras com o intuito de acabar com o anonimato no ciberespaço. Todos os utilizadores que se queiram registar ou publicar algo *online* têm de se registar com o seu nome real, número de identificação ou número de telemóvel. Mais, a informação e dados gerados por empresas estrangeiras que operam dentro da China terão de ficar alojadas em servidores chineses. O Estado chinês ficou assim provido das informações necessárias para a identificação imediata de qualquer caso de comportamento inadequado dentro do seu ciberespaço. Podemos dizer que o avanço tecnológico chinês é proporcionalmente igual à sua invasão e controlo da privacidade de cada pessoa.

Para além destas sofisticadas tecnologias de censura, Xi Jinping tem ainda ao seu dispor os chamados analistas da opinião pública da *internet* e estima-se que sejam milhões apenas com o intuito de publicar ou partilhar conteúdo pró-governo e monitorizar, para se preciso apagar, conteúdo que seja prejudicial a Pequim⁶ (Economy, 2018, p. 82).

A proficiência chinesa nestas matérias já se encontra tão elevada que a China se assume como líder no desenvolvimento e exportação de sistemas de vigilância digitais (Shahbaz e Funk, 2019, p. 13).

digital. Essas ocorrências incluíam bloqueio de redes sociais ou plataformas de comunicação, bloqueio de conteúdos políticos, sociais ou religiosos, novas leis e diretivas incrementando a censura, aprisionamento de pessoas ou o nível de vigilância, etc. A China verificou ocorrências em todos esses nove pontos mencionados no estudo, estando por isso sem surpresa na última posição desse ranking.

5 Com estes mecanismos, o sistema de rede chinês tem sido apelidado de ser uma *intranet* ou de *Chinanet*, como Michael Anti o denominou, em vez de uma *internet*.

6 O *South China Morning Post* teve acesso a um desses locais. O local era as instalações da empresa da maior aplicação digital de transmissão ao vivo (*live streaming*) chinesa - a Inke. Um dos trabalhadores conta que durante um protesto que iria ocorrer contra um governo local chinês, todas as funcionalidades da aplicação Inke naquela zona e num raio de 10 quilómetros seriam desativados com o objetivo de não se disseminar o protesto (McCarthy, 2019).

Em conjunto com o acesso ilimitado às bases de dados, o Estado chinês capacitou-se de sistemas de reconhecimento facial para inovar no modo de controlo societário. Em Fevereiro deste ano, foi introduzido um novo sistema de reconhecimento facial que permite identificação mesmo com o uso de máscara (Lee, 2020), dando isto corpo, juntamente com a pegada digital de cada indivíduo, ao chamado Sistema de Crédito Social.

Este sistema permite coletar dados e informação e desenvolver uma classificação de acordo com os seus comportamentos no dia-a-dia (Economy, 2018, p. 79). Se esses comportamentos e ações forem positivos aos olhos de Pequim, a pontuação melhora; se forem negativos, essa pontuação sofre penalizações. De acordo com o seu nível de pontuação, as pessoas tornam-se mais ou menos confiáveis perante a sociedade e as instituições, tendo consequentemente benefícios ou repercussões perante as suas ações.

Em síntese, o poder central chinês no mandato de Xi Jinping consolidou a sua força e preponderância no quadro político-social chinês. A confiança popular que o PCC adquiriu com Xi Jinping tornou-se imprescindível para a prossecução de medidas que providenciaram ao seu líder maior estabilidade política dentro e fora do partido. Esta estabilidade político-social derivada desse progresso económico e da alta taxa de empregabilidade tem possibilitado que questões como as abordadas anteriormente passassem entre os pingos da chuva e permitissem um maior grau de exequibilidade nas suas medidas.

2.2. Nacionalismo Han

No rejuvenescimento nacional de Xi Jinping existem dois pressupostos a ter em conta. O primeiro é o repúdio perante qualquer ideia ou pensamento liberal ocidental e o segundo situa-se na civilizacional questão cultural chinesa.

O controlo do fluxo de informação que entra e sai na China é para o PCC uma condição *sine qua non* para a prossecução deste rejuvenescimento nacional. No passado, a China passou por momentos históricos que até hoje causam distúrbios de personalidade na cultura chinesa. Falamos, obviamente, do século da humilhação. Este momento histórico que se pautou pela submissão chinesa aos povos estrangeiros, é hoje usado por Xi Jinping como combustível para o nacionalismo chinês.

Ao contrário dos seus antecessores, Xi Jinping revelou uma intolerância para com a disseminação dos valores liberais dentro da sociedade chinesa. Essa intolerância e descrédito para com o Ocidente deu corpo, em 2013, a um comunicado sobre o estado atual da esfera ideológica – o “Documento 9” (ChinaFile, 2013). Nesse comunicado constavam os sete perigos que atentavam ao avanço da China enquanto sociedade ideologicamente socialista, sendo eles: a promoção da democracia constitucional ocidental, dos valores universais, da

sociedade civil, do neoliberalismo, da ideia de jornalismo ocidental, do niilismo histórico, e, pôr em causa a reforma, a abertura e o socialismo com características chinesas (ChinaFile, 2013). Este documento veio amplificar aquilo que tinha sido dito, em 2011, por Wu Bangguo, enquanto Secretário do Comité Permanente do Congresso Nacional do Povo (CNP): não à política multipartidária; não à diversificação ideológica do partido; não à separação de poderes; não à privatização; e não ao sistema de governo federal (Economy, 2018, p. 38).

Posto isto, com Xi Jinping, desde cedo a doutrinação ideológica nas universidades foi posta em execução (Economy, 2018, p. 38). Também, os *think thanks*, como a Academia de Ciências Sociais Chinesa (CASS, na sigla inglesa), juntamente com os órgãos de comunicação social, onde Xi alvitrou que deveriam ser geridos por políticos, passaram a estar sob vigilância (Economy, 2018, pp. 39-40). A criação de uma uniformidade de pensamento entre os membros do PCC e, também, na sociedade em geral, através da doutrinação ideológica é, portanto, um ativo no caminho da legitimação do “sonho chinês”.

O segundo pressuposto de que falámos centra-se numa questão que vem desde o tempo imperial chinês, nomeadamente a China como sendo o centro do mundo e a sua unificação enquanto povo de diferentes nacionalidades e etnias que, como já vimos, juntamente com os chineses Han perfazem a população chinesa⁷. Xi Jinping declarou, precisamente, a reunificação nacional como essencial para o rejuvenescimento da nação chinesa (Glaser e Funaiole, 2020), na antecâmara do 19.º Congresso do PCC em 2017.

Como Alexandre Carriço diz, nacionalismo e secessionismo estão umbilicalmente ligados na RPC (Carriço, 2016b, p. 92). Neste sentido, a unidade nacional tem tido especial atenção qualquer que seja o líder chinês. Devido a isso, os governantes chineses sempre tentaram combater a preponderância Han na sociedade chinesa ao promoverem a definição de “cidadão nacional”, que incluía todas as nacionalidades chinesas (Link, 2015), pese embora sem efeito.

Esta unidade nacional chinesa tem sido possível devido à permissão do PCC a que haja diferentes níveis de administração territorial dentro da “nação chinesa” (*Zhonghua minzu*), mas sem nunca porem em causa a integridade territorial e a unidade nacional. Para isso, “é feito um combate aos denominados «três demónios» – separatismo, extremismo religioso e terrorismo –, com recurso à força militar, se e quando necessário, e pela implementação e divulgação das políticas de desenvolvimento económico-social em prol das minorias étnicas”⁸ (Carriço, 2016b, p. 92).

7 A população territorial chinesa é composta por 56 nacionalidades chinesas das quais 55 são minoritárias e a nacionalidade Han a maioritária. As minorias étnicas constituem 8% do total da população chinesa, mas as regiões onde vivem ocupam 64% do território nacional (Carriço, 2016b, p. 92).

8 Desde 2011 que a China tem vindo a publicar diversos “livros brancos” atinentes às minorias no seu território, mais recorrentemente sobre as áreas territoriais de Xinjiang e do Tibete.

Não obstante tudo isto, as tentativas autonómicas e separatistas das regiões autónomas⁹ e das regiões especiais administrativas chinesas têm sido um desafio para os governantes chineses. Os tibetanos, os uígures, a população de Hong Kong e a de Taiwan são os casos mais reivindicativos neste aspeto (Link, 2015).

Nos dois primeiros casos, o desejo de autonomia centra-se nas diferenças étnicas, linguísticas, culturais e religiosas (Link, 2015). No caso tibetano e uigur, a China tem tentado a sua integração através do desenvolvimento económico e social das duas regiões com a “construção de infraestruturas de comunicações, transportes e urbanização” (Carriço, 2016b, p. 92). Assim, segundo Pequim, desde 1999, através do Programa de Desenvolvimento do Oeste (PDO), tem havido uma tentativa de diminuir as assimetrias existentes entre estas regiões e a China desenvolvida (Carriço, 2016b, p. 92). No entanto, é precisamente com este tipo de políticas que estas minorias têm sofrido e visto serem prejudicadas as suas vidas, nomeadamente pela forte migração han que se verificou a partir daí. Ao longo dos últimos anos a população migrante tem vindo a aproximar-se sobremaneira em termos de número da população autóctone, tendo trazido segregação socioeconómica, limitações à prática religiosa e privação de outros rituais ou práticas sociais derivadas da história e cultura destas etnias¹⁰. Em ambos os casos, “a estrutura socioeconómica da força de trabalho reflete uma muito marcada divisão étnica, dominando os han as atividades comerciais e a burocracia”, enquanto que as minorias étnicas¹¹ vivem nas cidades mais pequenas e em áreas rurais (Jacques, 2012, p. 399). Os programas de desenvolvimento económico e social implementados por Pequim vieram exacerbar ainda mais as desigualdades e quezílias entre etnias.

⁹ As regiões que tinham um sentimento de identidade mais aprofundado acabaram por ver-lhes concedidas o estatuto de regiões autónomas, são elas: Mongólia Interior, Xinjiang Uigur, Guangxi Zhuang, Ningxia Hui e Tibete (Jacques, 2012, p. 392).

¹⁰ Como exemplifica Alexandre Carriço (2016b, p. 92), são várias as formas de segregação étnica levadas a cabo pelos chineses han. No caso uigur: a marginalização da sua língua e escrita; as poucas oportunidades de emprego em empresas chinesas (onde o domínio do mandarim é condição determinante); as restrições impostas à construção de mais mesquitas; a proibição de práticas religiosas em edifícios governamentais e escolas públicas, a frequência de madraças nas mesquitas a menores de 18 anos; e o uso da barba por uígures que sejam funcionários públicos (daí o uso do bigode e da doppa como símbolos de identidade). No caso tibetano: a demonização do Dalai Lama, as restrições à liberdade de circulação de monges e freiras para propósitos de estudo e ensino, a incorporação forçada de programas de educação patriótica nos mosteiros, a criação do feriado tibetano de “libertação dos servos”, para além da regulamentação que estipula que todos os lamas que pretendam reencarnar devem obter aprovação governamental prévia, através do preenchimento de um requerimento.

¹¹ Que nas suas próprias regiões não eram minorias, mas estão a ser suplantadas em termos populacionais pelos chineses han.

No caso de Xinjiang ainda se torna mais acentuada essa “colonização” han¹², pois a região é um dos pontos de ligação com o exterior da BRI fazendo a ponte com a Ásia Central. Sem esquecer que a região também é uma zona rica em recursos naturais, como petróleo e gás. O gasoduto que vai do Turquemenistão a Khorgos forneceu 47,9 mil milhões de metros cúbicos de gás natural à China, em 2019. Por isso, a soberania chinesa na região comporta um elevado valor estratégico para Xi Jinping (Saltskog e Colin, 2020). Nesta região, tem havido múltiplos atropelos aos direitos humanos nomeadamente com a minoria uigur. Mais de um milhão de pessoas na região foram postas em campos de detenção para fins de reeducação de pensamento¹³. Num artigo publicado pelo *New York Times* (Ramzy e Buckley, 2019), encontra-se explicado o nível de organização e comprometimento de Pequim para com esta causa. Uma causa que aponta para a assimilação por parte dos uigures, entre outros, da cultura han e da doutrinação ideológica para com o PCC, sendo que “os presos são submetidos a meses ou anos de doutrinação e interrogatório, com o objetivo de transformá-los em apoiantes do partido” (Ramzy e Buckley, 2019). Na retórica de Pequim estes campos são centros de treino vocacional que fornecem mais valias para os seus beneficiados. Estas ações, segundo a China, resultam do combate ao separatismo, ao extremismo religioso e ao terrorismo – os tais três demónios. Nesse sentido, Xi Jinping exortou para uma campanha de vigilância contra a resistência islâmica, podendo a China tirar partido do avanço tecnológico através do uso de dados privados dos cidadãos, sistemas de reconhecimento facial e testes genéticos (Ramzy e Buckley, 2019). Nos últimos tempos, Xinjiang tem-se tornado uma região de controlo em massa podendo estar a servir de teste para o resto do país.

Relativamente aos outros dois casos, de Taiwan e Hong Kong, o impulso autonómico emerge do seu passado histórico e político que lhes brotou uma vontade independentista (Link, 2015). Taiwan e Hong Kong privilegiam de poderes de autonomia que os exemplos anteriores não possuem, no entanto, o pensamento da RPC cinge-se ao mesmo – impedir qualquer ímpeto que enfraqueça a reunificação nacional.

12 Historicamente os uigures, que em 1949 perfaziam 90% da população daquela região (Jacques, 2012, p. 398), têm mais em comum com as populações das estepes centrais asiáticas de fé islâmica do que propriamente com os chineses orientais. Atualmente, os números de população quer uigur quer han são quase iguais.

13 Segundo o *Council on Foreign Relations*, especialistas estimam que este esforço de reeducação em Xinjiang começou em 2014, tendo sido expandido em 2017. A informação disponível sobre o que realmente ocorre dentro desses campos é limitada, mas os testemunhos de alguns dos detidos são elucidativos a esse respeito. “Os detidos são forçados a jurar fieldade ao PCC e a renunciar ao Islão, assim como aprender mandarim e louvar o comunismo. Alguns relataram condições semelhantes às prisões, com câmaras e microfones monitorizando todos os seus movimentos e expressões. Outros disseram que foram torturados e submetidos à privação de sono durante os interrogatórios. As mulheres relataram histórias de abuso sexual” (Maizland, 2020).

Os casos de Taiwan e Hong Kong divergem no conteúdo e substância, mas são semelhantes na sua forma geral. Ou seja, os processos, acontecimentos e pressupostos pelos quais a relação entre cada um destes e a RPC foram erigidos são factualmente diferentes, contudo a sua vontade encontra parecenças e até possíveis comparações. Dito isto, enquanto a posição de Taiwan resultou do pós-guerra civil chinesa, com os nacionalistas perdedores da guerra a refugiarem-se na ilha Formosa, o processo de Hong Kong adveio da retirada britânica do seu espólio colonial e posterior acordo com os chineses que viria dar origem à sua Lei Básica. Por isso, é natural que os acordos sob os quais ambas são alvo também diverjam, sendo que ambas têm estatutos administrativos também eles diferentes – Taiwan é considerada pela China como uma província e Hong Kong como região especial administrativa. Apesar de os acordos serem diferentes, ambas as regiões estão determinadas pelo consenso de “Uma China”.

Em Hong Kong, aquando da passagem de soberania do Reino Unido para a RPC em 1997, ficou consagrado na sua Lei Básica que o sistema capitalista, o alto nível de autonomia nos processos legislativo, judicial e executivo, e o modo de vida no geral, manter-se-iam inabaláveis por um período de cinquenta anos, ou seja, até 2047. O desejo chinês de ter Hong Kong de volta deveu-se ao seu valor estratégico, servindo de projeção internacional económica para a China, e, por outro lado, para responder ao sentimento nacionalista de reunificação que já se fazia sentir na China (Shih e Chow, 2019, p. 772). No entanto, uma questão de maior importância pesou nesta decisão. Hong Kong seria a cidade que inesperadamente serviria de modelo para a política de “Um País, Dois Sistemas”. Este projeto político foi inicialmente concebido para tornar atrativo para o regime de Taiwan a garantia de autonomia e, conseqüente, reunificação territorial (Shih e Chow, 2019, p. 772).

Em teoria, as liberdades de imprensa, expressão, reunião e religião estariam garantidas, bem como a permissão para Hong Kong estabelecer relações externas em certas áreas – comércio, comunicações, turismo e cultura –, mantendo Pequim o controlo sobre as áreas da defesa e da diplomacia (Albert e Maizland, 2020). A crescente vontade autonómica, e até independentista, derivadas destas liberdades, resultaram na mão pesada do regime comunista. Através de meios políticos, legais e administrativos, o PCC tem vindo a expandir desde 1980 a sua influência na ex-colónia britânica, aprisionando ativistas, desacreditando políticos eleitos, remodelando o sentido de neutralidade política dos funcionários públicos e enfraquecendo a autoridade do poder judicial de Hong Kong através da sua reinterpretação pelo Comité Permanente do CNP (Shih e Chow, 2019, p. 788). Apesar da maior parte da população concordar na impossibilidade de uma independência face à China¹⁴, promulgam por maiores direitos e liberdades civis. Outra questão importante é o facto de a perceção da identidade étnica estar a

¹⁴ Apenas 11% veem isso como possível (The Chinese University of Hong Kong, 2017, p. 4).

mudar, com cada vez mais cidadãos a identificarem-se como sendo naturais de Hong Kong em vez de propriamente chineses (University of Hong Kong, 2019). Na sequência disso, os movimentos pró-democracia têm vindo a aumentar, em paralelo a repressão chinesa também.

Recentemente, no 13.º CNP, ficou aprovado um novo aditamento à Lei Básica de Hong Kong, nomeadamente quanto à sua lei de segurança nacional. Esta decisão, a que foi dado o nome de Decisão sobre o estabelecimento e a melhoria do sistema jurídico e dos mecanismos de execução da região administrativa especial de Hong Kong para salvaguardar a segurança nacional (Xinhua, 2020b), possibilitará ao PCC, através do Comité Permanente do CNP, aplicar leis que proibam atos de secessão, subversão, terrorismo ou conspiração, nomeadamente com outras forças externas ao território chinês. Segundo Pequim, esta decisão justifica-se pela inoperância do governo da região administrativa em formular leis que ponham cobro aos distúrbios que assolam o território e a estabilidade da China, nomeadamente o que está previsto no artigo 23.º da Lei Básica de Hong Kong (The Constitution of the People's Republic of China, 2020). Na prática, Pequim tem sido cada vez menos tolerante com todas as premissas democráticas estabelecidas desde a transição de soberania, pois, segundo o ponto de vista de Pequim, a preservação dessa soberania juntamente com o princípio de não interferência estrangeira são o escopo para a obtenção da reunificação nacional e estabilidade do PCC. Isto é, também, o reflexo da cada vez menor relevância económica de Hong Kong para a China. Longe vão os tempos em que Hong Kong servia de importante porta de entrada comercial na China, atualmente o seu peso é residual para a economia chinesa cifrando-se em cerca de 3%.

Por sua vez, a posição de Taiwan, afigura-se de maior autodeterminação neste momento. Desde o fim da guerra civil chinesa que a ilha tem sido governada de forma independente, mas sob o princípio de “Uma China”. No entanto, as interpretações de ambos os lados, tanto deste princípio como do consenso alcançado em 1992, são antagónicas. Enquanto que para o PCC o território de Taiwan faz parte da RPC, para os nacionalistas (KMT) o consenso de 1992 apenas indica que ambos os territórios (território continental e insular) pertencem à China, ou seja, estão de acordo com o princípio de “Uma China” (Wang et al., 2018). No entanto, a China referida pelo KMT¹⁵ refere-se à República da China, ao contrário do PCC que reivindica o território como sendo parte da RPC. Aliás, uma sondagem (Wang et al., 2018) feita em 2018 aos cidadãos de Taiwan, sobre qual a sua perceção acerca do consenso de 1992, mostrou o elevado nível de divisão na interpretação do acordo. Sendo que 34% dos inquiridos interpretaram-no como “República da

15 O Partido Democrático Progressivo, o partido atual no poder, chefiado por Tsai Ing-wen, por sua vez rejeita liminarmente o consenso de 1992, tomando uma posição muito mais assertiva perante Pequim.

China representa Taiwan, RPC representa o território continental, os dois governos pertencem ao mesmo país que espera pela unificação”, 5% apenas interpretaram-no com a retórica chinesa e 33% como “República da China representa Taiwan, RPC representa o território continental e os dois governos pertencem a países diferentes”. Ou seja, cerca de um terço dos inquiridos (33%) tem a percepção de que Taiwan é um país à parte da RPC, embora saibamos que internacionalmente não seja amplamente reconhecido como tal. Aqui, tal como em Hong Kong, o sentimento de identidade própria encontra-se bem vincado. De acordo com a Pew Research (Devlin e Huang, 2020), em 2019, 66% dos cidadãos de Taiwan consideravam-se como taiwaneses. Mais, a vontade de relacionamento com a RPC obteve uma aprovação de apenas 35%. Sendo que a falange populacional que vê como favorável uma aproximação à RPC identifica-se maioritariamente com o KMT (Devlin e Huang, 2020). O partido nacionalista, apesar de afirmar a sua posição perante o governo central da RPC, é visto como pró-Pequim. Ao contrário do Partido Democrático Progressivo (PDP) que, desde 2016 com Tsai Ing-wen, tem tido mão forte na oposição ao regime comunista. Devido a isso, Xi Jinping tem imposto medidas sancionatórias a Taiwan como consequência da sua relutância em aderir ao consenso de 1992. Essas medidas têm passado por suspender o mecanismo de comunicação entre Taiwan e o território continental, restrição do turismo para a ilha, exclusão diplomática de Taiwan de instituições internacionais¹⁶ e pressionar as entidades a listarem Taiwan como uma província chinesa (Albert, 2020).

Para o PCC, a reintegração de Taiwan na RPC significa o culminar do projeto de reunificação nacional que tanto almeja. A recuperação de Taiwan simboliza a recuperação da integridade territorial, fortalece o processo de rejuvenescimento nacional, evita potenciais vontades independentistas que possam causar um efeito dominó noutras regiões e confirma a China como a potência regional através da “confluência geográfica de dois domínios estratégicos – o continental da China e o marítimo dos EUA” (Carriço, 2016b, p. 93).

Em suma, a vontade de reunificação nacional chinesa tem determinado uma maior assertividade em regiões que outrora beneficiavam de alguma autonomia. Esta assertividade não emerge apenas pela vontade de reivindicação de soberania, pois, exceção feita a Taiwan, praticamente todo o território que a China reivindica está sob a sua tutela, mas também pela vontade de uma homogeneização da população chinesa. Esta tentativa de homogeneização tem como último objetivo a aceitação do PCC como autoridade central e, conseqüentemente, todos os valores e princípios que o partido acarreta consigo. Para isso, é do interesse nacional salvaguardar a sua soberania ao evitar vontades secessionistas ou abrangências autonómicas. A face da assertividade que já conhecemos reveste-se

¹⁶ Com a atual crise da Covid-19, Taiwan viu-lhe impossibilitada a participação no processo de partilha de informação e cooperação dentro da Organização Mundial de Saúde (OMS).

em forma de repressão, controlo e subordinação às ideias e políticas do PCC, a que falta conhecer tem que ver com Taiwan, pois a RPC não exerce qualquer tipo de soberania sobre a ilha. Resta saber se e de que modo a China a vai alcançar. Com isto, começa a ser equacionada a ideia de que a China adotará uma postura mais agressiva (Tian, 2020) para com Taiwan quando se sentir confortável na sua correlação de forças – nomeadamente a militar – com os EUA. Adicionando o fator da pandemia como catalisador dos acontecimentos, Wang Jisi revelou que a possibilidade de um aproveitamento estratégico da China, enquanto os EUA se concentram em combater a crise de saúde no seu país, foi posto em análise no debate interno chinês (Glaser e Funairole, 2020). Contudo, a realidade política de Pequim relativamente a este assunto passará mais pelo calculismo estratégico do que propriamente por qualquer ímpeto militar provocado pela ansiedade de reunificação. Embora seja inegável o aumento da pressão a Taiwan desde o princípio da pandemia, também não existe qualquer evidência que sugira que Xi Jinping tenha alterado a sua maneira calculista de agir (Tian, 2020). Uma coisa é certa: se não existir uma resposta ocidental condigna relativamente às ações chinesas em Hong Kong, Xi Jinping poderá percecionar que a dicotomia custo/benefício é tolerável e ponderar intentar militarmente contra a ilha formosa.

3. Potencialidades Hegemónicas

Se num ambiente de bipolaridade internacional a força militar era o fator comparativo na aferição do poder relativo entre potências, hoje em dia com a paulatina transição para um sistema cada vez mais multipolar, o modo de comparação das potências não se cinge somente ao militar, tendo-se alargado a outros setores como o económico, o científico-tecnológico ou o diplomático.

Já ninguém tem dúvidas de que a China tem características que lhe conformam o epíteto de grande potência. Capacidades endógenas como o seu grande efetivo populacional e de mão-de-obra, a capacidade de influenciar diversos teatros de operações (Ásia do Norte e do Nordeste, Ásia Central e Ásia do Sul e Sudeste) derivado da sua posição geográfica ou, até, os recursos naturais existentes no seu território (Vasconcelos, 2009, p. 53), trouxeram-lhe oportunidades regionais e internacionais. Com efeito, a China por via da sua consolidação e crescimento internos tem vindo a aumentar as suas potencialidades hegemónicas na esfera internacional. O seu comportamento estratégico atual coaduna-se com uma posição mista¹⁷ onde, nas palavras de Tiago Vasconcelos (2009, p. 53), não poderão ser descurados os recursos políticos, económicos, diplomáticos e militares, ao que nós acrescentamos os recursos tecnológicos. As suas potencialidades hegemónicas e ambições de grande potência não a

¹⁷ Ou potência híbrida, como abordaremos adiante.

determinam automaticamente como herdeira suprema do poder internacional, mas como iremos perceber indicam a sua disponibilidade, pujança e condições para tal.

3.1. Gigante Económico

O modelo de desenvolvimento económico chinês *sui generis* possibilitou a integração do país na economia mundial e a sua crescente interdependência com os outros países. A sua enorme população consumista e mão-de-obra barata em conjunto com a força da globalização alavancaram a economia chinesa para patamares superiores. Com a abertura da China aos mercados externos e suscetível ao investimento direto estrangeiro (IDE), a China fez disparar o seu PIB numa década. Mais, a integração da China nas cadeias de valor globais¹⁸ permitiu-lhe transformar-se no maior mercado de compras de muitos recursos e fornecedores de energia de países menos desenvolvidos da Ásia, África e América do Sul (Ilhéu, 2020, p. 11).

A RPC integrou-se, economicamente falando, de forma oficial na comunidade internacional depois de entrar para a OMC, em Dezembro de 2001¹⁹. Desde aí que a China tem sido uma das economias mais relevantes para a economia mundial, talvez possamos até dizer que este foi um dos acontecimentos mais marcantes do início do milénio. A sua adesão à OMC fez explodir a sua crescente envolvimento no comércio mundial, o comércio de bens passou dos 516,4 mil milhões de dólares em 2001 para os 4,1 biliões de dólares em 2017 (China Power Team, 2019).

A par da OMC, a China também desempenha um papel cada vez mais importante noutras instituições económicas e financeiras globais. A título de exemplo, no FMI a RPC é o terceiro maior fornecedor de dinheiro e, consequentemente, derivado do princípio “um dólar, um voto” o terceiro país com maior poder de voto na instituição.

Em termos de investimento direto estrangeiro (IDE), em 2004, a China nem se quer aparecia nos 20 primeiros países recetores de maior IDE no mundo (Vasconcelos, 2009, p. 103), enquanto que em 2020 a RPC foi o segundo maior recetor de IDE só ultrapassado pelos EUA, tendo tido um IDE de 149 mil milhões de dólares mesmo em contexto pandémico (UNCTAD, 2021, p. 5).

Do lado chinês, o seu investimento tem-se pautado ao longo dos anos pela alocação monetária em objetivos estratégicos predefinidos. Essa alocação tem consistido em investimentos ou ajudas financeiras em países onde exista

¹⁸ Bens e serviços são negociados em processos de produção fragmentados e internacionalmente dispersos. As cadeias de valor globais estabelecem fluxos comerciais de bens e serviços entre diferentes lugares do mundo, que são incorporados em várias etapas do processo de produção de bens e serviços até ao consumidor final (Ilhéu, 2020, p. 10).

¹⁹ Apesar de ter aderido ao FMI e ao Banco Mundial na década de 80 do século passado.

interesses por recursos energéticos e/ou políticos. A China foi o país que mais investiu no estrangeiro no ano de 2020, apesar de ter registado um declínio de 3% comparativamente ao ano transato (UNCTAD, 2021, p. 7). Esta resiliência por parte do IDE chinês comparativamente com outros países deve-se, em grande parte, à continua expansão do projeto da *BRI*. A passagem da China de um destino de IDE para uma fonte de investimento externo trouxe um novo dado na capacidade da sua política externa (Mações, 2018b, p. 53).

Outro fator importante na medição do peso chinês na economia e integração mundial são as exportações e importações de bens e serviços. Em 2004, a China exportou bens e serviços no valor de 750 mil milhões de dólares e fez importações no valor de 630 mil milhões de dólares, correspondendo a 8,5% e 5,4% do total mundial, respetivamente (Vasconcelos, 2009, p. 104). Segundo dados da OMC, essa percentagem em 2020 subiu consideravelmente com as exportações a perfazerem 14,7% e as importações 11,5% do total mundial, contabilizando 2,59 biliões de dólares e de 2,05 biliões de dólares respetivamente (WTO, 2021, P. 58).

Um dos grandes problemas que a China tem tentado colmatar é a diversificação da sua economia de forma a não depender tanto das suas exportações, ao mesmo tempo que enfrenta o dilema da passagem do patamar de país em desenvolvimento para país desenvolvido. Não se tratando propriamente de uma dependência sobre as exportações, a diversificação e transição progressiva da China para uma produção tecnológica mais elaborada²⁰ vem no sentido de colmatar possíveis dependências face aos mercados externos na alocação das suas exportações. A economia chinesa parece ter chegado ao seu ponto de inflexão, pelo que, para continuar a competir com as economias mais avançadas, os líderes chineses têm de mudar de uma economia baseada na produção de baixo custo, com pouco valor acrescentado e exportadora, para uma suportada pela inovação, com grande valor acrescentado²¹ e de serviços (Economy, 2018, p. 95). Por sua vez, uma economia suportada pelo consumo interno tornar-se-á mais sustentável do que uma dependente em investimento e exportações (Economy, 2018, p. 96). Ora, o consumo interno chinês de 2019 em percentagem do PIB foi de 39,2%, muito abaixo daquele verificado nas principais economias mundiais nesse ano²².

No final de tudo isto, poderá cair-se na tentação de caracterizar a China como um país desenvolvido, derivado do seu PIB atual rondar os 14,7 biliões de dólares, de acordo com o Grupo do Banco Mundial (The World Bank Group, 2021a). No entanto, essa atribuição será um pouco otimista, na medida em que

20 Para uma leitura mais pormenorizada sobre a transição tecnológica que se tem verificado na China, nomeadamente da produção de produtos de baixa tecnologia para os de alta tecnologia com maior valor acrescentado ver Jacques, 2012, pp. 260-276.

21 Entre 2003 e 2014 a participação chinesa no valor agregado global da produção de alta tecnologia aumentou de 7% para 27%, respetivamente (Allison, 2018, p. 17).

22 Dados do Banco Mundial indicavam um consumo interno nos EUA de 67,8%, na Alemanha de 51,2% (dados de 2020) e no Japão de 55,2% (The World Bank Group, 2021b).

se é verdade que a China pode ser considerada um país desenvolvido – por via do seu PIB – também é simultaneamente verdade que continua a ser um país em desenvolvimento²³ devido ao seu, ainda baixo, PIB per capita que neste momento se situa pouco acima dos 10 mil dólares (Global Times, 2020a). No CNP, que ocorreu em 2020, não ficou estabelecida nenhuma perspetiva de crescimento económico, como costuma ser hábito. No entanto, o PCC garante que serão alcançadas as metas de desenvolvimento de modo a erradicar a pobreza e concluir a construção de uma sociedade moderadamente próspera (Xinhua, 2020a).

3.2. Inovação tecnológica

Apesar da modernidade crescente com construções megalómanas e eventos importantes para a reputação chinesa, Pequim continuava com um défice tecnológico e científico. Isto era uma necessidade económica, pois a tecnologia e a inovação são um dos motores para a prosperidade de um Estado moderno. Os líderes chineses tinham perfeita noção disso e, por isso, Xi Jinping tem apostado no caminho da inovação e do desenvolvimento tecnológico de ponta. O Estado chinês tem promovido projetos, iniciativas e políticas que permitam cativar a atenção do resto do mundo para as vantagens do relacionamento com a China e com isso promover o avanço tecnológico da indústria chinesa.

Nesse sentido, em 2015, Xi Jinping promoveu a iniciativa “*Made in China 2025*” com a pretensão de tornar o tecido industrial chinês orientado para a inovação e otimizando-o, enfatizando a qualidade sobre a quantidade, promovendo o desenvolvimento “verde” e a atração de talento. Tem estabelecidos dez setores prioritários: o aeroespacial e aviação, maquinaria e robótica de alta qualidade, veículos de energia limpa, tecnologia de informação avançada, aparelhos médicos de alto desempenho, equipamento de energia, de engenharia marítima, de transporte de alta qualidade e de transporte ferroviário. O seu objetivo é substituir as tecnologias estrangeiras e capturar quota de mercado, através da injeção de milhares de milhões de renminbis nestes diversos setores de modo a evitar a competição das empresas estrangeiras (Economy, 2018, p. 119) e tornar a indústria chinesa mais eficiente e integrada de modo a ocupar as mais altas cadeias produtivas globais (Kennedy, 2015). A captura de quota não se cinge apenas ao mercado nacional, com o Estado chinês a usar os seus próprios recursos para criar vantagens comparativas em tecnologias avançadas a uma escala global (Mações, 2018a, p. 85).

²³ Este é, aliás, um título que a China não tem pressa em ver alterado. O estatuto da China de país em desenvolvimento gera tensões dentro da OMC, pois os países com esta designação recebem um tratamento especial e diferenciado relativamente aos demais, como por exemplo: prazos alargados para a implementação dos compromissos da OMC e assistência no tratamento de disputas e questões técnicas (China Power Team, 2019).

A estratégia do país para ultrapassar esta desvantagem em relação às potências tecnológicas foi, e é, simples: gastar em talento, infraestruturas, investigação e desenvolvimento (I&D), bem como noutras tecnologias (Economy, 2018, p. 123). Essas foram as linhas para a estratégia económica externa de Pequim, apoiando as empresas públicas “no investimento externo, promover a *BRI*, aprofundar a capacidade de cooperação internacional, impulsionar as exportações, realçar a I&D da tecnologia chinesa, eliminar a escassez de recursos energéticos e promover a qualidade das indústrias na China” (China, 2017). A pegada tecnológica que a China quer traçar está embutida na *BRI* – com a sua Rota da Seda Digital. Primeiro, segundo Cheney (2019), a China investe em infraestruturas digitais no estrangeiro (rede de telecomunicações de última geração, fibra ótica e centros de dados). Segundo, internamente procede ao desenvolvimento de tecnologias avançadas que serão essenciais para a economia e poder militar globais (sistema de navegação por satélite, inteligência artificial e computação quântica). Terceiro, porque a China reconhece a importância da interdependência económica para a sua influência internacional, promove zonas económicas especiais digitais com reduzidas barreiras comerciais transfronteiriças e estabelece centros logísticos regionais. Por último, a China tenta através da diplomacia e do multilateralismo, estabelecer o melhor ambiente digital internacional para si. Isto facilita a expansão das empresas tecnológicas chinesas e o acesso a grandes quantidades de dados, ganhando com isso largo poder que poderá ser usufruído para espionagem ou manipulações políticas, económicas e sociais²⁴.

O investimento chinês em I&D tem o objetivo de tornar a China uma superpotência tecnológica, no entanto, segundo Bethany Allen-Ebrahimian (2020b), existem indícios de envolvimento chinês em roubo de propriedade intelectual junto de instituições e empresas norte-americanas, ao mesmo tempo que paga avultadas quantias a investigadores estrangeiros para trabalharem secretamente para o Estado chinês enquanto exercem funções nas suas instituições de origem.

Esta ânsia vanguardista tem dado frutos, pelo que na última década a China, por via do esforço de inovação, passou a ser o país com mais patentes apresentadas. Só em 2019, através do Tratado de Cooperação de Patentes foram apresentadas 58.990 patentes (WIPO, 2020). No entanto, a inovação chinesa tem-se consubstanciado na melhoria de investigações/produtos pré-existentes, ou seja, na procura pela sua produção pelo menor custo possível, quer seja através da sua otimização quer pela eficiência (Economy, 2018, p. 124), sendo isso uma fatalidade para a qualidade do produto em si²⁵.

24 A controversa questão em torno do 5G e os receios norte-americanos vêm precisamente desta estratégia.

25 Depois de mais de uma década de milhares de milhões em investimentos do Estado, os carros chineses continuam apenas a competir em termos de preço e não em qualidade com as melhores

Embora o número de patentes chinesas seja cada vez maior, a sua utilização e qualidade por via dos setores em que estão inseridas ainda é diminuta. Podemos verificar isso pelo facto de a propriedade intelectual chinesa não estar a ser adotada com tanta frequência como a propriedade intelectual estrangeira o está a ser pela própria China. Apesar disso, com a *BRI*, Xi Jinping tem tentado que os países recetores de investimento chinês adotem os padrões de Pequim, desde a construção passando pela área financeira até à gestão de dados, na tentativa de os globalizar (Polk, 2018). “As patentes são a chave para a condução deste processo”, pois, à medida que se define os padrões globais em qualquer setor, as empresas que possuem a tecnologia na qual os padrões se baseiam saem beneficiadas com as vendas dos seus equipamentos ou das licenças das suas patentes (Polk, 2018).

Deste modo, a constituição de campeões nacionais que consigam competir com as maiores empresas internacionais revelou-se um importante fator para a envolvimento estratégica e política da China. Por exemplo, as tecnológicas Baidu, Alibaba, Tencent e Huawei (conhecidas pelo acrónimo BATH) têm sido importantes para o aumento da preponderância tecnológica chinesa no mundo, impulsionando os objetivos estratégicos do seu país. O futuro parece estar também bem encaminhado, na medida em que a China parece estar a conseguir toda uma nova geração de *start-ups* com grande potencial, valendo muitas (em Março eram 227) mais de mil milhões de dólares – os chamados unicórnios. Os quatro²⁶ maiores unicórnios mundiais são chineses, sendo que no *top 10* existem seis (Hurun, 2020). O controlo por parte do Estado chinês dos agentes económicos permite comandar, também, o setor privado ao serviço dos seus próprios objetivos estratégicos (Mações, 2018b, p.53). Muito recentemente, o Comité Central do PCC emitiu um memorando a enfatizar a importância do setor privado em estabelecer uma ligação com o Departamento de Trabalho da Frente Unida, agência destacada para controlar e influenciar todos os assuntos da sociedade, de modo a ser criada um núcleo de empresários em que o partido possa confiar e solicitar em momentos críticos (Allen-Ebrahimian, 2020a). A lei chinesa afirma que tanto as empresas como os indivíduos necessitam de providenciar dados e assistência ao governo e agências de inteligência quando solicitado, constando no mais recente memorando a adição política a esta premissa. Ou seja, as empresas podem agora ser levadas a assistir, também, à prossecução dos objetivos e atividades políticas (Allen-Ebrahimian, 2020a)²⁷.

Isto caracteriza-se de suma importância, na medida em que tanto as empresas públicas como privadas são um ativo político fulcral para o desenvolvimento do

marcas internacionais (Economy, 2018, p. 151).

²⁶ Ant Group (150 mil milhões de dólares), Bytedance (80 mil milhões), Didi Chuxing (55 mil milhões) e Lufax (38 mil milhões).

²⁷ As ações de algumas empresas têm servido como mais um argumento estratégico chinês na hora de dirimir acontecimentos de política internacional.

partido e do Estado chinês (Economy, 2018, p. 109). Por isso mesmo têm feito parte da estratégia política e económica externa da China, nomeadamente na exploração de recursos naturais e no desenvolvimento de infraestruturas (Economy, 2018, p. 110) e, mais recentemente, na luta pela supremacia tecnológica mundial, sendo que são, obviamente, um dos alicerces da *BRI* que falaremos mais à frente.

3.3. Capacidade Militar

Podemos entender a atual estratégia militar de Xi Jinping como o momento de transição de uma China expectante e que tateia as pedras do rio com cautela para uma China com sede de poder de decisão e inconformada com o seu estatuto na ordem internacional. Segundo o mais recente Livro Branco de Defesa Nacional da China, de 2019, o comportamento da sua política externa e de Defesa Nacional coaduna-se com a natureza defensiva (defesa ativa) do seu sistema de valores e princípios culturais, sendo que não renuncia ao uso da força e à opção de tomar as medidas necessárias sempre que achar justificável (China, 2019, pp. 6-7). Esta postura defensiva não tem invalidado a que tenha havido e, cada vez mais, haja comportamentos assertivos e de modo preemptivo por parte da China²⁸.

A China tem vindo a apetrechar-se militarmente desde há muitos anos, passando os objetivos militares chineses por melhorar consideravelmente as capacidades estratégicas com a perspetiva de modernização completa do setor militar e da Defesa Nacional a serem atingidas em 2035, e a promoção das Forças Armadas chinesas à classe mundial de Forças Armadas a meio do século (China, 2019, p. 10). De 2010 a 2019 verificou-se um aumento chinês de 85% em gastos com a Defesa, em termos reais, com base nos valores constantes do dólar em 2018 (Tian, et al., 2020, p. 2).

Estes gastos têm-se consubstanciado em vários programas de aquisição de alto nível, reformas militares e mudanças doutrinárias e estratégicas dentro do EPL (China Power Team, 2020), onde as várias forças do EPL têm intensificado esforços na efetivação dos requisitos estratégicos exigidos por Xi Jinping²⁹.

Ao nível do tecido industrial, a China tem vindo a desenvolver programas de produção doméstica em todos os principais setores militares-industriais, produzindo desde há alguns anos uma larga variedade de equipamentos

²⁸ A doutrina chinesa de defesa ativa já nos deu exemplos de como poderá ser o comportamento chinês em situações beligerantes. Na Guerra da Coreia de 1950-53, conseguiu obrigar os norte-americanos a recuarem para o paralelo 38 que divide as duas Coreias até aos dias de hoje e numa disputa fronteiriça com a URSS em 1969, lançou um ataque preemptivo com efeito dissuasor sobre os soviéticos. Ora, a posição agressiva no Mar do Sul da China, nomeadamente a agressividade das suas embarcações contra as de outras potências ou os exercícios militares no estreito de Taiwan, poderão deixar indícios de uma possível preemptividade futura contra os EUA.

²⁹ Sobre isto ver Cláudio, 2020, pp. 100-101.

militares, como mísseis, aviões de combate, bombardeiros, contratorpedeiros, fragatas, submarinos, carros de combate e viaturas blindadas de transporte de pessoal (Vasconcelos, 2009, p. 183), o que lhe tem permitido ser cada vez mais autossuficiente e, até, exportadora.

Isto deve-se à transição, em inícios de 2000, de uma China dependente em infraestruturas para uma capaz de produzir a sua própria indústria de Defesa. Alimentada pelo crescente investimento na I&D e pela injeção de capital através de fundos³⁰, a indústria de Defesa chinesa começou a produzir dezenas de sistemas novos e muito avançados (Bitzinger, 2015), particularmente armas. No ano de 2000 o volume de instrumentos militares³¹ exportados pela China, segundo a escala de valores do indicador de tendência do SIPRI (*TIV, Trend Indicator Values*)³², foi de 299 milhões *TIV* ao passo que em 2019 esse volume subiu consideravelmente para os 1423 milhões *TIV* (Stockholm International Peace Research Institute, 2020a) posicionando a China como o quarto país mais exportador (Stockholm International Peace Research Institute, 2020b). Por seu turno, o volume de importação de armas por parte da China decresceu de 2521 milhões *TIV* em 2000 para 887 milhões *TIV* em 2019 (Stockholm International Peace Research Institute, 2020c) colocando Pequim na nona posição depois de em 2018 ter sido o terceiro país que mais importou (Stockholm International Peace Research Institute, 2020d).

Esta revolução industrial deve-se, sobretudo, ao programa chinês chamado de “fusão militar-civil”. Este programa derivou do anterior – “integração civil-militar” – que enfatizava maior integração entre os setores civil e militar (Fritz, 2019). A fusão militar-civil pode definir-se como uma estratégia que procura reforçar a China como superpotência militar, tecnológica e económica através da fusão industrial e de recursos científicos e tecnológicos dos dois setores. A estratégia visa promover a partilha de recursos³³ e a colaboração na investigação e em aplicações, garantindo a coordenação mutuamente benéfica da economia e da defesa nacional (Fritz, 2019).

Com tudo isto, a China tem conseguido desempenhar um papel securitário

30 Milhares de milhões de dólares têm sido dedicados à fusão militar-civil depois do Conselho de Estado ter emitido uma opinião, em 2017, que clamava pela expansão do investimento e dos canais de financiamento para o desenvolvimento dessa fusão, nomeadamente através do estabelecimento de fundos, onde inclusive encorajava os governos locais a iniciar os seus próprios fundos de modo a promover as indústrias militares de alta tecnologia (Kania, 2019, p. 21).

31 Aviões, navios, armas, sensores, motores, etc.

32 Métodos que refletem o preço real pago pelas armas ou que representam os valores atuais em dólares para as transferências de armas são conjuntos de dados baseados em diferentes definições e metodologias e não podem ser diretamente comparáveis. Por isso, o SIPRI desenvolveu um sistema de preços único que “pode ser usado como dados em bruto para calcular tendências nas transferências internacionais de armas ao longo de períodos de tempo” (Holtom et al., 2012).

33 Em 2016, a China passou uma lei que permitiu o uso legal de ativos civis para o suporte de operações de logística militar, exigindo a toda a indústria de transportes para fornecer suprimentos e ajuda à marinha chinesa quando necessário (Mações, 2018a, p. 71).

mais robusto regional e globalmente, revelando uma vontade competitiva, quer seja através de um maior relevo em sede de missões da ONU³⁴, quer através de questões litigantes relativamente a disputas territoriais com outros Estados, aumentando com isso o seu poder além-fronteiras³⁵.

Globalmente, o investimento chinês em capacidades militares correspondeu a 14% da despesa securitária total, segundo o relatório do SIPRI (Tian et al., 2020, p. 3). Pequim desde 2009 que não indicava nos seus orçamentos de Defesa as categorizações dos seus investimentos e despesas (Bitzinger, 2015). Na perspetiva de gastos de 2020, apresentada no CNP (Global Times, 2020b), que foi de 179 mil milhões de dólares, seria algo como 73,5 mil milhões dedicados somente em equipamento militar, fazendo do investimento em equipamentos um dos maiores do mundo. Relativamente a isto, o Livro Branco da Defesa Nacional de 2019 dava conta de 41,1% da despesa somente para o investimento em equipamentos no ano de 2017³⁶ (China, 2019, p. 39).

São números que não deixam dúvidas quanto ao esforço chinês para prover as suas Forças Armadas com recursos que permitam a consecução dos objetivos e proteção dos seus interesses. Também são números que criam apreensão nas restantes potências, e talvez seja por isso que Pequim seja muito vaga na hora de revelar os gastos e o orçamento com a sua defesa. Neste âmbito, se compararmos os dados oficiais de Pequim com aqueles emanados de instituições ocidentais, temos visto um padrão de discrepância de 35% a 50% (Bitzinger, 2015), com os valores chineses a não contemplarem todos os gastos ocorridos ou não incluírem parte deles nesses orçamentos. Para se ter uma noção, segundo o SIPRI, em 2019 a despesa militar chinesa ascendeu a 261 mil milhões de dólares (Tian et al., 2020, p. 2), ao passo que dados oficiais do governo chinês contabilizavam “apenas” 177,6 mil milhões de dólares (Xinhua, 2019), uma diferença de 83,4 milhões de dólares. A transparência orçamental permite uma maior previsibilidade política que, por sua vez, promove a estabilidade internacional. Pelo contrário, a China tem optado pela opacidade que, conseqüentemente, incita a desconfianças e inevitáveis dilemas de segurança.

34 A China é um dos maiores contribuintes para o orçamento das operações de paz da ONU e o país dos membros permanentes do CSNU com mais soldados destacados. Segundo a própria China, desde Dezembro de 2018 participou em 24 missões com 39 mil pessoas, neste contexto (China, 2019, p. 36).

35 No lado positivo situam-se as operações de *peacekeeping* da ONU ou outras, como antipirataria, e assistência humanitária. No lado negativo temos os interesses chineses em regiões como os mares Oriental e Sul da China que têm levado a uma resposta agressiva de Pequim contra outros Estados (China Power Team, 2020).

36 Nas outras categorizações constavam 30,8% em despesas com pessoal e 28,1% em treino e apoio operacional (China, 2019, p. 39).

3.4. Soft Power vs Propaganda

Como vimos, a atividade política, económica e militar chinesa tem-se vindo a alastrar mundo fora. Por isso, o uso de técnicas de *soft power* vem no sentido de criar uma perceção internacional positiva em contraste com a perceção negativa que possa advir das ações do uso do seu *hard power*.

Ora, é possível verificar alterações no modo de exposição externa por parte da China. Com base nas referências imagéticas – neutras ou manipuláveis³⁷ – que projeta para o exterior, a China tem vindo a aperfeiçoar e alargar as formas da sua atratividade, nomeadamente através da utilização da *internet*, da expansão do intercâmbio cultural, ao mesmo tempo que usa técnicas de *marketing* cultural em ações de informação externa³⁸, do uso de uma postura mais recetiva para com os *media* estrangeiros mas com condicionalismos que atualmente se têm acentuado, do reforço das atividades de informação externa com a promoção dos *media* chineses no estrangeiro ou da concentração de esforços na divulgação de assuntos considerados prioritários³⁹ (Carriço, 2015, p. 240). Mais, também alarga a sua atratividade através da criação de centenas de institutos Confúcio por todo o mundo, sendo um enorme auxílio na promoção da cultura como também propulsor da expansão do número de falantes não-chineses ou com a promoção não só política e económica, mas também sociocultural da *BRI* e, ainda, através da mediatização geral do papel chinês como grande potência responsável e líder em vários setores e instituições internacionais, assim como da ideia de “sonho chinês”.

Não obstante o investimento e maior preocupação com todas estas questões atinentes ao *soft power*, na prática os resultados obtidos podem ser bastante díspares dos pretendidos. Como Joseph Nye (2006) bem ilustra num artigo seu na *Foreign Policy*, os decisores políticos podem delinear e alterar políticas,

³⁷ As referências neutras têm que ver com símbolos, tradições e valores chineses, como os guerreiros de terracota, os *kuaizi* (os bem conhecidos pauzinhos para comer) juntamente com a sua gastronomia, o Templo do Céu, a Grande Muralha, os pandas, Confúcio, etc. (Carriço, 2015, p. 204). As referências manipuláveis, que podem ser positivas ou negativas, são questões mais relacionadas com o passado recente e o presente do quotidiano chinês, como por exemplo: símbolos de uma China tradicional (exercícios de *Tai Chi* ao ar livre ou mulheres vestidas com o *qipao*) que ainda se verificam mas, também, de uma China moderna (engarrafamentos descomunais, poluição das cidades ou o grande aglomerado de arranha-céus), e, símbolos políticos (Mao Tsé-Tung, o “tank man” da praça Tiananmen, as reuniões do PCC ou as paradas militares do EPL) (Carriço, 2015, p. 205).

³⁸ Que muito tem ajudado na cada vez maior afluência de turistas ao território chinês.

³⁹ A título de exemplo, o esforço pela envolvimento chinesa na sociedade norte-americana tem sido bastante notório, no sentido de criar uma perceção favorável junto da população autóctone. A Frente Unida e as suas agências têm, ao longo de anos, estabelecido redes de contacto nos EUA por meio de instituições académicas, *think tanks*, *media* e setor empresarial de modo a “organizar várias atividades destinadas a tornar o ambiente de informação dos EUA mais benéfico para Pequim” (Allen-Ebrahimian, 2020c).

podem despende dinheiro em diplomacia pública, programas de intercâmbio e serviços de transmissão ou promover a cultura e os seus valores, no entanto, não conseguem controlar a predisposição da população para aceitar ou não essas medidas ou caminhos. Alexandre Carriço partilha da mesma opinião e no caso específico chinês aponta para o facto de embora se tenham adotado reformas estratégicas nas indústrias cultural e de informação, as mesmas assentam numa base propagandística que têm condicionado a aceitação e uma maior eficácia na credibilidade da mensagem (Carriço, 2015, p. 315). Apesar desse método propagandístico estar devidamente sinalizado pelo Ocidente e por outros países rivais da China, existe uma continuidade deste método por via da eterna necessidade de estabilidade governativa do PCC.

O *soft power* é visto para Pequim como mais uma ferramenta ao dispor da sua política externa, embora a sua real valia esteja bastante longe daquela que foi obtida pelos EUA ao longo das últimas décadas. Não só o modelo norte-americano, ou ocidental, se quisermos, é mais atrativo a larga escala do que o chinês, também a Índia parece adaptar-se melhor à consecução do seu *soft power* devido à familiaridade com a língua inglesa ou às liberdades garantidas por uma sociedade dita democrática com uma certa versão de Estado de Direito, que permitiu a captação de algum interesse pela cultura e indústria de entretenimento indiana (Mações, 2018a, p. 111).

À fraca apetência do *soft power* chinês pode apontar-se a língua como fator bloqueador de uma maior atratividade, mas, também, a ideologia, o modelo político, económico e social ou a falta de ações verdadeiramente consentâneas com a retórica provalada. O modo negativo como cada vez mais países veem a China tem-se mostrado ser um obstáculo para a projeção do seu *soft power* e, conseqüentemente, para a sua retórica de ascensão pacífica. Esse torna-se, por isso, o grande desafio, na medida em que “as diplomacias pública e militar têm de ter um papel na aproximação dos discursos e da prática/ações chinesas, de modo a não criar perspetivas e percepções desfasadas das pretendidas pelos líderes chineses e suas ambições” (Carriço, 2015, p. 420).

Atualmente, a informação caracteriza-se como uma fonte de poder na luta entre Estados. Para a China, a informação é um novo campo de batalha, não um veículo para a verdade, neutralidade ou objetividade (Doshi, 2020), podendo a competição pela opinião pública valer grandes ganhos que não seriam possíveis através de outros recursos. A narrativa do PCC molda-se consoante o ambiente para o qual está a falar. Enquanto internamente importa continuar o discurso de desenvolvimento económico e aumento dos níveis de vida alavancando, ao mesmo tempo, o fervor nacionalista, por outro lado, externamente as palavras de Xi Jinping e dos restantes membros do governo têm de conter maior cautela e enfatizar a cooperação e o multilateralismo como forma de estar chinesa no sistema internacional.

3.5. Belt and Road Initiative

Podemos dizer que a política externa encontra-se sustentada pela *BRI* que, por sua vez, serve de porta de entrada da China na Europa, Ásia e África e no resto do mundo.

A *BRI* vai para além de qualquer projeto ou iniciativa feita até ao momento. Isto assemelha-se mais a um conceito ou ideia estratégica e menos a um contrato ou acordo concreto com objetivos imediatamente descortináveis. É a promoção de uma cooperação bilateral e multilateral, mas sem uma teia institucionalista e burocrática. Obviamente, os objetivos primários são visíveis, nomeadamente na sua vertente económica, mas têm tomado proporções para além desse âmbito.

Isto trata-se de um verdadeiro dominó económico com potenciais benefícios para qualquer parte integrante que se faria sentir também dentro da própria China⁴⁰, mais propriamente nas suas regiões mais pobres. Por exemplo, as rotas terrestres na zona de Xinjiang permitem rejuvenescer a economia local com as exportações de aço e alumínio enquanto, em fluxo inverso, servem para o abastecimento chinês de petróleo e gás, dois dos recursos mais usados pela China (Mações, 2018a, p. 20). Permite, portanto, a diversificação de fontes energéticas e, com isso, uma maior segurança energética. Desse modo a probabilidade de uma rutura no fornecimento torna-se bastante menor, como aquela que poderia acontecer quando a China alocou 80% da sua importação de petróleo pelo estreito de Malaca, como se verificou em 2016 (Mações, 2018a, p. 21).

A base da sua edificação e promoção consubstancia-se em cinco metas ou parâmetros de orientação que têm logrado bastante êxito. Segundo o documento que contém a visão e as ações de promoção da *BRI*, é necessário existir uma coordenação entre as diferentes políticas nacionais na procura por um denominador comum, reforçando a cooperação intergovernamental, em todos os níveis no que se refere à macropolítica, aprofundando a integração de interesses, fomentando a mútua confiança política para alcançar novos consensos de cooperação (China, 2015). É necessário tornar mais robustas as ligações entre infraestruturas, impulsionando “em conjunto a construção das principais estradas internacionais, e formar, passo a passo, uma rede de infraestruturas que liga os continentes da Ásia, Europa e África” (China, 2015). Também importa facilitar a questão das barreiras comerciais ao longo das rotas e explorar zonas de livre comércio promovendo o fluxo do mesmo (China, 2015). Em complementação, surge a necessidade de um aprofundamento na cooperação financeira, a construção de um sistema monetário estável, um sistema de investimento e financiamento e um sistema de crédito no continente asiático⁴¹(China, 2015). Por fim, as pessoas. Sem elas tudo isto seria

40 Como consta no documento Visão e Ações para Promover a Construção Conjunta da Faixa Económica da Rota da Seda e da Rota Marítima da Seda do Século XXI (China, 2015).

41 Revelando-se numa clara alternativa às instituições económico-financeiras ocidentais.

impossível, portanto, importa promover a interação entre os diferentes povos intensificando as trocas comerciais e fazê-lo também noutras áreas, alargando o intercâmbio à cultura e à academia, promover a cooperação entre os órgãos de comunicação social, com o objetivo de criar uma base sólida de apoio popular para aprofundar a cooperação bilateral e multilateral (China, 2015).

Com isto, a China sentiu necessidade de criar um leque de instituições financeiras e económicas, como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII), o Novo Banco de Desenvolvimento ou o Fundo da Rota da Seda. Para além destes, também o apoio de instituições financeiras domésticas, como o Banco de Exportação-Importação ou o Banco de Desenvolvimento da China, têm servido de plataforma chinesa para a prossecução dos vários projetos da *BRI*⁴², podendo cada vez mais fazer-se um paralelismo relativamente às suas congéneres ocidentais⁴³.

A *BRI* reflete a mudança de perfil chinês nas RI, a mudança da passividade para a assertividade, “da adaptação para a formação” de um sistema próprio (Mações, 2018a, p. 15). Como veremos, a *BRI* tem tudo menos traços de passividade e, apesar da sua palavra mais vezes entoada ser a de cooperação, nada indica que este projeto seja mais altruísta do que egoísta na sua idealização. Em última instância a *BRI* vem corroborar uma coisa – o potencial chinês como potência continental e marítima – e, por isso, o seu cariz nunca pode ser considerado como algo passivo.

3.5.1. O modelo assertivo da *BRI*

Atualmente, podemos falar de uma ideia estratégica, quase uma grande estratégia, que reporta a questões relativas à geopolítica e à geoestratégia. Sem dúvida que existe a intenção de cooperar economicamente para a obtenção de benefícios mutuamente vantajosos para todas as partes, mas se observarmos com atenção, todos os projetos têm um vencedor categórico – a China.

O processo de crédito e investimento chinês ao longo das rotas da *BRI* tem comportado condicionalidades que alguns países aderentes não têm conseguido suprir, pondo a China em muitos casos numa posição estratégica vantajosa. São múltiplos os exemplos da coerção económica provocada pela China através da exploração das dívidas dos países em que investe, quer seja através das suas empresas públicas ou através das instituições criadas para providenciar esses investimentos.

42 Estes dois bancos chineses sozinhos providenciam tanto financiamento para o setor energético de países estrangeiros como todos os bancos de desenvolvimento multilaterais (Carey e Lasdilat, 2019, p. 1).

43 A temática sobre a influência e *modus operandi* das instituições chinesas daria um longo debate. Mas, de um modo geral, podemos dizer que as condicionalidades institucionais emanadas de Pequim não são tão rigorosas quanto as do Ocidente.

A China aplicou cerca de 1,4 mil milhões de dólares para projetos no Djibuti, através do Banco de Exportação e Importação da China. Com grande parte da dívida a ser garantida pelas empresas públicas do Estado, a dívida pública externa do Djibuti passou de 50% para 85% face ao PIB, desde 2015 (Mações, 2018a, p. 46). Na Grécia, como forma de reviver o maior terminal portuário do país, em 2016 durante a crise económica grega, as empresas chinesas adquiriram 51% do porto de Pireu (Taj, 2019). Até indiretamente as consequências contratuais com a China existem. Temos o caso do Paquistão, que é obrigado a pagar a empresas privadas por projetos de fornecimento de eletricidade, tendo até de criar um fundo no valor de 22% da faturação mensal para garantir o pagamento da produção chinesa (Mações, 2018a, p. 46). Ainda no Paquistão, mas no ramo portuário, a empresa que detém a gerência do porto de Gwadar alegadamente recebe 91% dos lucros da atividade portuária. No Sri Lanka, em 2017, foi entregue formalmente o controlo do porto de Hambantota à China de modo a amortizar a sua dívida. Num negócio de 1,1 mil milhões de dólares, os chineses detêm agora uma participação de 70% do porto e um acordo de 99 anos para a sua gerência. O projeto inicialmente tinha como objetivo erguer uma pequena cidade pesqueira a centro de expedição internacional. No entanto, a incapacidade do Sri Lanka em cobrir o pagamento do empréstimo a um banco público chinês levou à sua privatização (Mações, 2018a, pp. 46-47). A estes exemplos podemos, também, juntar tantos outros que nos mostram a tentativa de influência chinesa, como os portos marítimos de Darwin, na Austrália, de Kirkenes, na Noruega⁴⁴, o porto seco de Khorgos, no Cazaquistão, que é o eixo de ligação terrestre entre a Ásia e a Europa (Gaspar, 2020, p. 47), ou o porto de Sines, em Portugal, que constituiria o pilar mais ocidental na rede de infraestruturas da BRI, aliás, esta é uma infraestrutura estratégica quer para a China como para os EUA, sendo mais um elemento na guerra entre as duas superpotências⁴⁵.

O investimento chinês em infraestruturas torna-se sintomático da sua ampla estratégia económica, militar e política. A BRI veio fornecer à China maior controlo no modo como a cadeia de valores é organizada, dando-lhe o poder de reorganização como lhe seja mais proveitosa (Mações, 2018a, p. 94). O plano consiste na entrada de empresas chinesas nos setores nacionais de países terceiros e organizá-los de modo a adaptarem-se à cadeia de valores chinesa. Temos exemplos disso em Portugal. A EDP, empresa líder no setor energético, tem como maior acionista (19,03%) os chineses da *China Three Gorges*, tendo inclusive

44 O controlo desta zona portuária situada no Ártico revela a visão chinesa nas oportunidades que esta região pode trazer. É nesse sentido, que Xi Jinping anunciou em 2018 a Rota da Seda Polar mostrando a China interesse nestas rotas que diminuirão o percurso marítimo, de e para a Europa, em várias semanas devido ao degelo glacial.

45 O porto de Sines encontra-se num processo de modernização através da expansão do terminal XXI e da construção de um novo terminal (Vasco da Gama), pelo que os dois Estados rivais vão querer tirar o maior partido do eixo de ligação do porto com o hinterland ibérico (Lusa, 2020).

esta empresa tentado uma oferta pública de aquisição (OPA) para assumirem uma posição de controlo (Lusa, 2020), mas saiu gorada. Por sua vez, a *China Communications Construction Company, Ltd* firmou com a empresa portuguesa Mota-Engil⁴⁶ um acordo de parceria estratégica e investimento (Lusa, 2020) que lhe permitiu ficar com 32,4% da empresa.

A *BRI* tem sido a ferramenta que tem permitido a Pequim aumentar a sua influência no processo de decisão de política interna de países terceiros e, com isso, aumentar a sua própria influência externamente. Devido a isso, à medida que a economia chinesa vai crescendo, confere-lhe maior poder de abordagem em relação a países terceiros, nomeadamente na negação de empréstimos ou pressão para o pagamento de dívidas mais rápido sob pena de represálias – coerção económica⁴⁷ (Mações, 2018a, p. 36).

Também a indústria marítima chinesa, tanto para fins comerciais como militares, tem sido alvo de forte investimento na última década⁴⁸. A sua complementaridade⁴⁹ é indiscutível e parafraseando Alfred Mahan, a necessidade de uma frota marítima nasce, na sua essência, da necessidade dos Estados em procurarem novas fontes de rendimento e recursos e só depois como motivo militar (Mahan, 1890, p. 26), ainda para mais quando 90% do comércio mundial flui por mar. A China tem usado esta complementaridade via *BRI* para investir em inúmeras infraestruturas no setor marítimo interna e externamente⁵⁰, tornando as empresas chinesas cada vez mais dominantes na cadeia de fornecimento global deste setor ao ponto de, atualmente, a China ser o segundo país com a maior frota mercante do mundo em termos de toneladas e tendo construído em 2019 mais

46 Mota-Engil que curiosamente lhe viu adjudicada a construção da expansão do terminal XXI do porto de Sines de que falámos anteriormente.

47 Essa coerção pode verificar-se por diversas circunstâncias: o apoio a movimentos independentistas em Hong Kong ou Taiwan, a afinidade com o Dalai Lama ou, mais recentemente, a culpabilização da China pela pandemia da Covid-19. Exemplos como a declaração pró-movimento democrático em Hong Kong, via *Twitter*, do diretor geral da equipa norte-americana de basquetebol dos *Houston Rockets* que levou à suspensão das transmissões televisas dos jogos na China até existir um pedido de desculpas, ou a pressão australiana para uma investigação independente em território chinês acerca do eclodir do novo coronavírus que causaram na China uma reação de desagrado e consequente resposta via tarifas nas exportações de cevada e na interrupção das importações de carne.

48 Várias são as vias, diretas ou indiretas, deste investimento. Desde subsídios em dinheiro, financiamento barato e angariações, incentivos e concessões fiscais, entraves a empresas estrangeiras, transferência forçada de tecnologia, roubo de propriedade intelectual, etc. (Blanchette et al., 2020, p. 3).

49 A título de exemplo desta complementaridade podemos falar do fornecimento de apoio logístico por parte da *COSCO Shipping Corporation* ao Exército Popular de Libertação nas operações de escolta no Golfo de Aden, desde 2008 (Blanchette et al., 2020, p. 3).

50 O financiamento a empresas estrangeiras também existe, sendo exigida a compra de navios fabricados na China. Isto é um grande benefício para as empresas, internacionais e domésticas, que desejam expandir as suas frotas, mas também serve como um importante pilar de apoio ao setor de construção marítima chinesa, que em grande parte é estatal (Blanchette et al., 2020, p. 6).

de um terço de toda a frota mundial (Blanchette et al., 2020, p. 1). As empresas chinesas têm estado envolvidas no investimento, operacionalidade e expansão de inúmeras instalações portuárias, como Hambantota no Sri Lanka, Gwadar no Paquistão, Kyaukpyu no Myanmar e Doraleh no Djibuti (Mações, 2018a, p. 63). Também, em compras de participações de terminais estrangeiros um pouco por todo o mundo⁵¹. Lideradas pela *COSCO Shipping Corporation* e pela *China Merchant Group*, as empresas públicas chinesas investiram entre 2010 e 2019 cerca de 11 mil milhões de dólares em projetos portuários estrangeiros (Blanchette et al., 2020, p. 3). É conferida alta importância no controlo destes pontos estratégicos no Oceano Índico, pois fazem a ligação com vários dos corredores económicos da *BRI*. Por exemplo, os portos de Gwadar e Kyaukpyu têm a particularidade de se ligarem ao corredor económico continental resolvendo o dilema de Malaca de que já falamos (Mações, 2018a, p. 64), por sua vez, Djibuti poderá servir de ponto de contacto com o resto do continente africano e na conexão com o canal do Suez e controlo do Golfo de Aden. O “desenvolvimento de terminais e centros logísticos ajuda a China a aumentar o seu controlo sobre as linhas de distribuição dos seus produtos, a diversificar rotas de comércio e a melhorar a sua autossuficiência” (Albert, 2019). Mais, a sua importância também se estende ao setor militar com a possibilidade de mobilizar e atracar navios militares em diversas partes do mundo.

Em síntese, a *BRI* consegue ser dualista na sua abordagem política. Os chineses conseguem aliciar económica e socialmente os países com um projeto ambicioso inovador e, à partida, com benefícios mútuos e equitativos para todas as partes. Mas, também, fazem uso da coerção económica e política, na medida em que a China se faz valer do seu diferencial de poder para alcançar os seus objetivos, uma política que conjuga em simultâneo o tradicional “pau e cenoura”, muitas vezes citado em Relações Internacionais.

4. Uma Superpotência Híbrida

A China tem assumido um crescente papel de intervenção dentro do SI, já os EUA, pelo contrário, encontram-se em evidente retraimento por várias razões, o que tem provocado a deterioração da sua hegemonia global. A China ao longo da última década aumentou o seu poder absoluto sobremaneira, chegando ao ponto de a diferença entre o seu poder e o dos EUA ser cada vez menor.

À parte de todos os domínios avaliadores do poder nacional de um Estado, existe para nós um fator que a China não pode descurar, se quiser alcançar

⁵¹ EUA, Brasil, Holanda, Espanha, Itália, Bélgica ou França são alguns exemplos de países onde existem participações de empresas chinesas em terminais portuários, sendo algumas delas participações maioritárias (Albert, 2019).

uma paridade de poder relativamente aos EUA, que é o fator marítimo. Ora, se olharmos em retrospectiva para os séculos passados podemos dizer que a supremacia na vertente marítima revelou-se essencial para um certo domínio global em determinadas épocas. Foi assim com advento dos descobrimentos quando Portugal e Espanha “dividiram” o mundo em dois, explorando a seu bel-prazer continentes inexplorados até ao momento; foi assim enquanto o Império Britânico⁵² dominou os mares fazendo colónias em sítios tão diversos como a América do Norte ou a Índia; e, tem sido assim com a supremacia marítima norte-americana com esquadras navais um pouco por todo o mundo. Ou seja, só uma potência que seja capaz de alocar recursos além-fronteiras é que poderá almejar a controlar e/ou exercer efetiva influência dentro do SI.

Não obstante, para se ser uma potência marítima não basta querer tem de se ter condições para tal. Essas condições são sobremaneira influenciadas pelas condições naturais ou físicas de cada Estado (Mahan, 1890, p. 28), por isso, alguns Estados nunca conseguirão ter uma efetiva capacidade marítima devido à ausência de algumas destas características⁵³.

No seu livro “The Influence of Seapower on History”, Alfred Mahan identificou as principais condições que afetam o poder marítimo, sendo elas: i) a posição geográfica; ii) a conformação física do território (incluindo recursos naturais e o clima); iii) a extensão territorial; iv) o tamanho populacional; v) o caráter nacional; vi) e o modo de governação (Mahan, 1890, pp. 28-29).

Uma fronteira marítima torna-se desde logo vantajosa pelo simples facto de um ataque à mesma ser à partida mais difícil de prosseguir do que se fosse através de uma fronteira terrestre (Mahan, 1890, p. 29). Mais, uma boa posição geográfica no que respeita aos pontos de passagem das vias marítimas significa um aumento do valor estratégico dessa posição. Nesse âmbito, nos dias de hoje, a China encontra-se relativamente bem localizada no contexto regional⁵⁴ do mar do Sul e Oriental da China tendo até tomado posse de algumas ilhas adjacentes de forma estratégica.

Se a posição geográfica é importante, a conformação física do território não o é menos importante, na medida em que o contorno da costa de um Estado irá ditar a facilidade ou não de acesso ao mar por parte dessa nação. Quanto mais fácil é o acesso dado por essa fronteira (costa) à zona circundante, maior será a tendência para o relacionamento com o resto do mundo (Mahan, 1890, p. 35). Para além disto, os recursos naturais ou o próprio clima foram questões influentes

52 Sem esquecer França ou Holanda que também elas foram potências colonizadoras.

53 O caso russo é sintomático disto.

54 Pese embora a China tenha acesso limitado às chamadas *blue waters*, águas profundas/mar aberto, devido ao cordão insular que vai desde o Japão à Indonésia, não dispondo, nem previsivelmente disponha no futuro, de bases na Ásia oriental banhada pelo Pacífico por não ter nenhum aliado na zona (Vasconcelos, 2009, p. 189).

na determinação e predisposição marítima de cada população⁵⁵. Também aqui o exemplo chinês pode ser retratado, os recursos chineses parecem ser cada vez menos tendo em conta o nível de consumo e desenvolvimento da sua população; o mar, nomeadamente a sua exploração, surge como necessidade na procura de mais recursos naturais.

A última das condições ditas físicas que se tem de ter em conta no poder marítimo é a extensão territorial. Extensão territorial não de acordo com os quilómetros quadrados que dado Estado tenha, mas sim o comprimento da sua costa. Se as condições geográficas e físicas de determinados Estados forem semelhantes, a extensão das suas costas territoriais serão tanto mais uma fonte de poder quanto maior for a quantidade populacional instalada naquele sítio (Mahan, 1890, p. 43). Tal como é mais importante o comprimento da costa ao longo desse território, também se torna mais relevante a concentração de população junto da costa do que propriamente o total da população desse país (Mahan, 1890, p. 45).

Ainda sobre as características da população, subjaz no carácter nacional de uma potência marítima a “tendência para o comércio, envolvendo necessariamente a produção de algo com o qual negociar”, sendo esta a característica nacional mais importante para o desenvolvimento do poder marítimo (Mahan, 1890, p. 53).

Por último, as características do governo, nomeadamente o seu modo de governação⁵⁶ contribuem também eles para o sucesso (ou não) do desenvolvimento do poder marítimo.

Concluindo, apesar das características social e cultural chinesas não se coadunarem com alguns preceitos aqui referidos – carácter nacional de propensão marítima –, os outros exemplos encaixam-se na postura que a China tem nos dias hoje. Sendo que, para nós, esta postura pode ser caracterizada pela teoria “dualista”⁵⁷ de Nicholas Spykman. Para o geopolítico norte-americano, que pôs em confronto os trabalhos realizados por Alfred Mahan (poder marítimo) e por Halford Mackinder (poder continental), a potência mundial seria aquela que

55 França, por exemplo, no séc. XVII não foi para o mar com a mesma predisposição e sucesso que ingleses e holandeses. Isto deveu-se às condições físicas do seu território: um território agradável com um clima ótimo, produzindo mais do que aquilo que a sua população necessitava; pelo contrário a Inglaterra, “recebia” pouco da natureza e até à sua industrialização tinha pouco para exportar. Com esta necessidade por recursos que satisfizessem a sua população, os ingleses lançaram-se no exterior encontrando terras mais agradáveis e ricas que a sua. No caso holandês, estima-se que no seu período áureo, o seu solo teria capacidade para suportar um oitavo da sua população. A fraca capacidade do seu solo e a exposição da sua costa fizeram com que os holandeses, primeiramente, comessem a pescar. Depois com a descoberta da prática da cura do peixe deu-lhes a oportunidade de começarem a exportar esse produto, tendo sido isto a sua grande fonte de riqueza (Mahan, 1890, pp. 36-37). Já os EUA na sua essência tiveram precisamente o bom dos dois mundos, instalados numa terra fértil e com abundância de recursos (como a França) ao mesmo tempo que herdaram da cultura anglófona o “apetite” pelo mar (Mahan, 1890, p. 38).

56 Para exemplos de modos de governação, em paz ou em guerra, ver Mahan, 1890, p. 82.

57 Nas palavras de Pezarat Correia (2015, p. 179).

conseguisse controlar a região a que chamou de *rimland* (Correia, 2005, p. 181). Desta região fazem parte as zonas costeiras da Eurásia que vão desde a “Europa marítima ocidental até ao extremo oriente asiático, incluindo o Médio Oriente, o subcontinente indiano e o sudeste asiático” (Correia, 2015, p. 183), tornando esta a zona pivot do mundo. O *rimland* abrange a zona mais povoada do mundo tendo, também, uma abundância de recursos naturais. No fundo, quem controlasse esta região tinha a capacidade de controlar a região mais alargada da Eurásia e, conseqüentemente, ter o controlo da maior parte do globo: “quem controla o *rimland* governa a Eurásia; quem domina a Eurásia controla os destinos do mundo”⁵⁸ (Correia, 2015, p. 183).

A potência marítima, segundo Spykman, teria melhores capacidades para concretizar este objetivo e o seu país, os EUA, conseguiu corroborar esta teoria desde o final da II Guerra Mundial. “A ocupação do *rimland* não era total, interrompia-se no subcontinente indiano e na costa da República Popular da China” (Correia, 2015, p. 186), para isso os EUA juntaram à sua capacidade de projeção de forças no exterior, através das suas esquadras navais, a concretização de alianças de segurança e pactos de assistência mútua nas zonas envolventes desse *rimland*.

A China tem hoje poder suficiente para contrabalançar esta influência norte-americana na região asiática, mas, mais que isso, a China tem uma visão mais ampla e a instalação da sua primeira base naval exterior no Djibouti indicia isso mesmo. A China concentra uma influência sobre a zona a que chamámos de *rimland* como nunca concentrou. Contando com a sua posição geográfica vantajosa⁵⁹, isto é, sem dúvida, um desafio à ordem global onde vivemos. É por isso que na nossa perspetiva, uma futura ordem mundial centrar-se-á na dicotomia EUA-China, no entanto, não sendo necessariamente uma bipolaridade, mas uma ordem multipolar com o poder a concentrar-se regionalmente. Como nota Mearsheimer, é tremendamente difícil para um Estado prosseguir uma hegemonia global, pois é impossível projetar o seu poder continuamente durante um largo período. A melhor opção será obter uma hegemonia regional e prevenir que outras potências o façam nas suas regiões (Mearsheimer, 2014). Na sua visão, da qual nós partilhamos, os EUA têm conseguido essa hegemonia do lado ocidental, tendo ao mesmo tempo contrabalançado as intenções hegemónicas noutras regiões ao longo da história. O próximo desafio afigura-se de maior envergadura e sem fim à vista, pois a China tem a hegemonia regional cada vez mais garantida e o retraimento norte-americano veio contribuir para isso. Contudo, só o tempo dirá como as correlações de força irão dar forma à futura ordem mundial.

58 Isto depois de Halford Mackinder ter dito que quem detivesse o controlo da “Ilha Mundo” (Eurásia) comandaria o mundo.

59 No conceito de Spykman.

5. Uma Ordem Mundial Chinesa?

A China encontra-se na fase mais agressiva do seu processo de desenvolvimento enquanto Estado, que tem a ver com a recuperação/aquisição de territórios que vê legitimamente como seus, a par da expansão da sua influência global⁶⁰. A China iniciou em 1997, com o regresso da administração de Hong Kong a Pequim, esta fase do processo (Carricho, 2013, p. 25). Esta fase tem-se vindo a intensificar na última década, nomeadamente com as ações chinesas no Mar do Sul da China, com as recentes leis securitárias aplicadas a Hong Kong ou com as constantes ameaças sobre Taiwan, mostrando que a China se sente muito mais forte e predisposta para a ação do que anteriormente. No entanto, segundo Alexandre Carricho (2013, p. 26), existe a consciência que o seu poder relativo é ainda impeditivo da concretização desta fase e, por isso, “a prossecução e defesa de um conceito semanticamente utópico mas filosófica e sinocentricamente apelativo como o de «mundo harmonioso», destina-se a consolidar a fase atual”, com o intuito de minimizar as perceções externas negativas quanto às potenciais intenções revisionistas do país à medida que o seu poder vai aumentando.

Em contraponto, parece-nos claro que a China já desistiu de tentar diminuir as perceções negativas que as outras potências têm sobre si. O comportamento chinês passou da “lógica de redução das diferenças” para a “gestão e controlo das diferenças” (Carricho, 2013, p. 30), ou seja, pese embora o comportamento e discurso coadjuvante da China se mantenha, podemos verificar uma vontade de mudar o paradigma da ordem internacional. Desse modo, por exemplo, a constante divulgação dos cinco princípios de coexistência pacífica⁶¹ revela o objetivo de inserir na comunidade internacional princípios normativos sob o ponto de vista chinês, colocando a tónica no anti-imperialismo ocidental, e, sobretudo, o determinar de linhas vermelhas de que nunca abdicará. Os pressupostos daquilo que será (ou não) uma ordem mundial sinocêntrica darão prevalência à preservação da soberania dos Estados, à não interferência nos assuntos internos ou à inviolabilidade das fronteiras territoriais de cada um, tudo isto segundo um princípio organizador hierárquico. De acordo com Alexandre Carricho (2015, p. 429), “no plano da segurança e defesa, a estratégia passa então por desenvolver e implementar uma estratégia de *balancing of threat*”, com o

60 Podemos dividir este processo em: “fase preparatória”, onde o país contribuiu para a preservação de uma periferia pacífica e estável prevenindo ações separatistas e instabilidade interna; “fase de modelação”, que é a fase atual; e “fase económica estratégica”, na qual a comunidade internacional aceitará o papel chinês na nova ordem política e económica que se criará (Carricho, 2013, p. 25).

61 O respeito de todas as pessoas a escolherem o seu próprio caminho; o dirimir de litígios internacionais através do diálogo, negociação e consulta; oposição à interferência nos assuntos internos de terceiros, abuso dos fracos pelos fortes e qualquer tentativa de impor a vontade de uns sobre os outros; parcerias em vez de alianças e a não junção a blocos militares; e, oposição à agressão e expansão, e ao uso arbitrário ou ameaça do uso de armas (China, 2019, p. 8).

objetivo de “numa primeira fase atingir a preponderância regional partilhada (até 2021) e, posteriormente (até 2050), a preponderância global partilhada com os EUA”.

A janela de oportunidade aproveitada pela China, que Jiang Zemin definiu como sendo as duas primeiras décadas do século XXI, tem mudado drasticamente as Relações Internacionais e as mecânicas estruturais que se verificavam desde 1991. Nessa época, o colapso da União Soviética veio provocar mudanças estruturais na balança do poder mundial a favor dos EUA, que eram dominantes em todas as dimensões de poder relevantes (Gaspar, 2020, p. 8). Atualmente, com a inserção chinesa na ordem mundial liberal, temos vindo a verificar novas mudanças estruturais devido ao equilibrar de Pequim nestas dimensões de poder relevantes e, com isso, a balança do poder encontra-se novamente em mutação. A RPC não é a URSS, o seu poder não se restringe ao militar e nuclear, estando a diminuir o diferencial estratégico relativamente aos EUA em todos os domínios relevantes (economia, ciência e tecnologia, cibernético, espacial e, claro, o militar) (Gaspar, 2020, p. 67). A ultrapassagem chinesa nesses parâmetros, que servem de avaliador do poder nacional, prevê-se que aconteça em 2049, consequentemente podemos estar a verificar o fim dos impérios marítimos e a ver nascer “a ordem hierárquica das potências (tradicionalmente) continentais” (Gaspar, 2020, p. 45).

Pequim tem aproveitado o retraimento dos EUA na esfera internacional para encetar políticas mais agressivas na sua esfera de influência, tendo até alargado essa influência estratégica à região do Indo-Pacífico e Eurásia (Gaspar, 2020, p. 40).

Com este crescimento na esfera internacional aumentou a insatisfação chinesa de ver o seu poder pouco representado em certos arranjos institucionais⁶² (Allison, 2018, p. 22). Por isso, forjou novas instituições de perfil idêntico e, com grande sucesso e adesão, como por exemplo o BAII de cariz financeiro, mas com o cunho identitário e normativo de Pequim. Por outro lado, tem desenvolvido uma estratégia de governança global em temas como saúde global, tecnologias de informação e ciberespaço e alterações climáticas, aumentando o seu poder de influência em instituições como a OMS ou aprofundando os laços diplomáticos noutras, como a Organização Cooperação Shanghai.

Ao visitar Kluger e Organski (1989), constatamos que o poder relativo de ambas as potências e o grau de (in)satisfação da potência emergente encontram-se propícios para posturas revisionistas – o reordenamento do sistema com a China no seu centro. Deste modo, em que moldes se cimentará a futura ordem mundial com novamente duas grandes potências em competição estratégica, mas desta vez com um nível de interdependência brutal?

⁶² Nomeadamente o poder dos EUA em delinear a administração de certas instituições como o FMI ou o Banco Mundial.

O reforço das relações diplomáticas e económicas da China com os seus vizinhos encorajará (ou coagirá) a cooperação noutras áreas, aprofundando a dependência destes face à mesma (Allison, 2020, p. 153). Isto poderá ser o resultado de uma postura de *bandwagoning*⁶³ dos Estados mais fracos para com a potência emergente, consubstanciando-se na aceitação de um sinocentrismo regional.

A China tem uma posição de superioridade militar na Ásia e não teme nenhum dos seus vizinhos. Essa posição excecional para uma potência continental tornou possível a sua transformação numa potência anfíbia, concentrada na competição com os EUA, nomeadamente na fachada marítima asiática: alguns analistas já admitem a superioridade chinesa para uma contestação da presença norte-americana no Pacífico Ocidental⁶⁴ (Gaspar, 2020, p. 47).

Não obstante a China não ter alianças formais com nenhum Estado relevante⁶⁵, a sua ascensão vem contrariar o rumo histórico e todas as teses que dizem: “uma potência marítima tem melhores capacidades para controlar a “Ilha Mundo”. Com a *BRI* a visão de Halford Mackinder ganha um novo sentido no pensamento dos estrategistas mundiais e, com isso, a oportunidade de ofuscar a tese de Alfred Mahan que advogava a importância do poder marítimo no domínio do sistema internacional (Allison, 2018, p. 126). E, a teoria “dualista” de Nicholas Spykman alcança também ela novas formas de aplicação, na medida em que uma potência continental que adquira uma capacidade marítima efetiva como a que a China está a construir poderá aspirar a dominar a Eurásia. Sob este ponto de vista, continuamos a reivindicar que o domínio marítimo revela-se de suma importância na avaliação do poder internacional e na consecução da política externa das grandes potências. No entanto, a China tornar-se-á a primeira potência tradicionalmente continental a partilhar da mesma potencialidade que as anteriores potências hegemónicas tiveram, onde todas(!) elas eram marítimas.

Estamos a voltar às esferas de influência e a China será mais uma potência (hegemónica ou não) regional dentro da futura ordem mundial. Com uma diferença, é que em relação ao sistema saído de Vestefália e à semelhança do sistema tributário imperial, para a China a hierarquização do sistema “constitui-

⁶³ Stephen Walt fala de *bandwagoning* referindo-se aos Estados que optam por se aliar à fonte de perigo ou Estado rival/adversário. Para Walt, fazem-no porque acreditam que a resistência a essa ameaça é impossível ou serve de forma apaziguadora, ao aliarem-se com o Estado ou coligação em ascendência, os *bandwagoners* evitam qualquer tipo de iniciativa da(s) potência(s) ascendente(s) contra si (Walt, 1990, p.21). Neste caso em concreto, os Estados asiáticos menores enfrentam o dilema de alinharem com a China e ficarem subjugados ao seu poder ou oporem-se à sua hegemonia regional e sofrerem com as consequências dessa posição.

⁶⁴ A perda de preponderância norte-americana na região pode ser atenuada pela presença de duas potências que são rivais sistémicos de Pequim: Índia e Japão. Nova Deli e Tóquio querem impedir que a China transforme a Grande Ásia numa esfera de influência exclusiva e, por isso, convergem na defesa da ordem liberal das democracias no Indo-Pacífico (Gaspar, 2020, p. 49).

⁶⁵ Tendo apenas uma aliança digna desse nome com a Coreia do Norte.

se na ordem natural do universo” (Allison, 2018, p. 111), pelo que a harmonia e a paz, para Pequim consubstanciam-se no reconhecimento pelos seus pares desse destino.

Posto isto, o pensamento de Spykman parece adequar-se perfeitamente na projeção atual da China enquanto potência inserida no chamado *rimland*. A região da Eurásia é o foco da política externa chinesa e o projeto da *BRI*, embora tenha como foco inicial a periferia chinesa, nomeadamente Ásia Central e região do Indo-Pacífico, tem a Europa como o seu objetivo final e principal justificação (Bruno Mações, 2018a, p. 138). Como Bruno Mações explicou no seu livro “O Despertar da Eurásia”, o próximo século centrar-se-á não no domínio asiático, europeu ou americano. Ao invés, este será o século eurasiático. O que Mações quer dizer, é que será um mundo onde visões muito diferentes de ordem política, social e cultural são misturadas e forçadas a viver juntas, ou seja, um mundo multipolar.

6. Conclusão

Neste trabalho foi proposta uma análise sobre a dicotomia existente entre a retórica oficial chinesa e a conduta prática e verdadeiras políticas emanadas de Pequim. Esta análise tinha à partida uma perspetiva conclusiva de desfasamento entre aquilo que é a teoria e a realidade do objeto de estudo em causa.

A ordem mundial liberal trouxe oportunidades para a ascensão chinesa e a recuperação da sua posição relevante nas Relações Internacionais tornou-se natural e previsível ao longo dos anos, na medida em que os fatores endógenos são por si só possibilitadores dessa posição. No entanto, a ambição de Pequim revelou-se preponderante para a sua categórica ascensão nas últimas três décadas.

Todo o plano estratégico a longo prazo tem sido quase imaculado, muito por culpa do sucessivo crescimento económico. Com isso, a sua população viu a qualidade de vida melhorada, inclusive com a retirada de milhares de milhões de pessoas do limiar da pobreza, e o país observou o crescente desenvolvimento de todos os seus diversos setores. Consequentemente, este desenvolvimento permitiu que as suas capacidades e domínios relevantes, avaliadores do poder de um Estado no SI, atingissem níveis de superpotência.

Como dissemos, a ambição chinesa e o desejo de restabelecer a sua centralidade no sistema internacional tem vindo a provocar um stress estrutural na balança do poder regional e global. Pequim sentiu necessidade de encobrir esta ascensão através de uma retórica de pacificidade e de cooperação com o motivo de ser integrada na ordem mundial, de modo a não criar dilemas e dúvidas quanto às suas intenções, nomeadamente em relação à potência hegemónica. Ora, atualmente, a China já não se preocupa tanto com as perceções negativas

e avançou para uma lógica de gestão e controlo das diferenças entre ela e os principais defensores do sistema vigente.

O *low profile* seria impossível de manter por muito mais tempo com tamanho rasto deixado um pouco por todo o mundo, e o receio das outras potências torna-se cada vez maior. Não porque veem uma China liderante e a formar a sua posição na comunidade internacional, mas porque esta assertividade se verifica ainda antes da supremacia chinesa no sistema internacional, colocando-se a questão de como será uma China quando o alcançar.

Prevê-se uma futura ordem mundial bastante diferente da que vivemos até agora. Tudo indica que será a um nível superior uma luta entre EUA e China e a um nível inferior uma ordem multipolar com inúmeros atores influentes em cada uma das suas regiões. Não se tratará forçosamente da dicotomia bipolar da Guerra Fria, até porque a China não é a URSS, mas as esferas de influência vão voltar à agenda de política externa das grandes potências. O que não se sabe é se será uma ordem mundial reconfigurada com a China no seu centro, relegando os EUA e o seu sistema da posição hegemónica, se uma onde duas visões de ordem mundial coexistirão em processos constantes de equilíbrio ou, até, uma onde a China perca o *momentum* para reformar a atual ordem mundial e veja como aceitável a sua posição na mesma. Terá Pequim capacidade para uma hegemonia regional e a longo prazo obter uma hegemonia partilhada com os EUA? Ou conseguirá Washington evitar a supremacia hegemónica de outra potência noutra região? Pelo menos uma coisa parece-nos previsível, a China é, e será, um dos centros do mundo deste século.

Referências

- ALBERT, Eleanor (2019) - China's Global Port Play. The Diplomat [Em linha]. (11 Mai. 2019). [Consult. 4 ago. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://thediplomat.com/2019/05/chinas-global-port-play/>.
- ALBERT, Eleanor (2020) - China-Taiwan Relations. Council on Foreign Relations [Em linha], (22 Jan. 2020). [Consult. 29 mai. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://www.cfr.org/backgrounder/china-taiwan-relations>.
- ALBERT, Eleanor; MAIZLAND, Lindsay (2020) - Democracy in Hong Kong. Council on Foreign Relations [Em linha]. (30 Jun. 2020). [Consult. 28 mai. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://www.cfr.org/backgrounder/democracy-hong-kong>.
- ALLEN-EBRAHIMIAN, Bethany (2020a) - Beijing draws Chinese companies even closer [Em linha]. [S.l.] : Axios. [Consult. 25 set. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://www.axios.com/beijing-draws-chinese-companies-even-closer-519f1f10-d8e2-45b9-81bc-74f17c1b26e5.html>.

- ALLEN-EBRAHIMIAN, Bethany (2020b) - China envisions a century of power as the world grows dependent [Em linha]. [S.l.] : Axios. [Consult. 14 jul. 2020]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.axios.com/china-xi-jinping-world-power-ab889b35-b5de-4e9b-b6a4-95e1c0110773.html>>.
- ALLEN-EBRAHIMIAN, Bethany (2020c) - China's influence operations are getting harder to hide [Em linha]. [S.l.] : Axios. [Consult. 7 out. 2020]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.axios.com/chinas-influence-operations-are-getting-harder-to-hide-462c6ed5-bfd5-4ba0-a92d-fd3c1593d444.html>>.
- ALLISON, Graham (2018) - Destined for War - Can America and China escape Thucydides's trap?. [S.l.]: Scribe.
- ALLISON, Graham (2020) - The new spheres of influence - sharing the globe with other great powers. Foreign Affairs. 99:2 (March-April 2020).
- BITZINGER, Richard A. (2015) - China's Double-Digit Defense Growth. Foreign Affairs. ISSN 0015-7120. (March 2015). [Consult. 16 out. 2020]. Disponível em WWW:<URL: BITZINGER, Richard A. - China's Double-Digit Defense Growth>.
- BLANCHETTE, Jude [et al.] (2020) - Hidden Harbors: China's State-backed Shipping Industry. [S.l.] : CSIS. Disponível em WWW:<URL: <https://www.csis.org/analysis/hidden-harbors-chinas-state-backed-shipping-industry>>.
- CAREY, Lachlan; LADISLAW, Sarah (2019) - Chinese Multilateralism and the Promise of a Green Belt and Road. [S.l.] : CSIS.
- CARRIÇO, Alexandre (2013) - Grande Estratégia e o «sonho da China» de Xi Jinping. Relações Internacionais [Em linha]. ISSN 1645-9199. 38 (2013) 23-33. [Consult. 28 abr. 2020]. Disponível em WWW:<URL: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1645-91992013000200003&lng=pt&nr_m=i>.
- CARRIÇO, Alexandre (2015) - Harmonizando o poder: imagem, diplomacia pública e diplomacia militar da China. [S.l.] : Letras Itinerantes. ISBN 978-989-99409-0-1.
- CARRIÇO, Alexandre (2016a) - A cultura estratégica da China : evolução na continuidade. Proelium [Em linha]. 7:10 (2016) 57-88. [Consult. 28 abr. 2020]. Disponível em WWW:<URL:<https://revistas.rcaap.pt/proelium/article/view/8914>>.
- CARRIÇO, Alexandre (2016b) - República Popular da China : nacionalismo e secessionismos. Janus [Em linha]. (2016) 92-93. [Consult. 28 abr. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/2949/1/2.19_AlexandreCarrico_RPChina.pdf>.
- CHENEY, Clayton (2019) - China's Digital Silk Road: Strategic Technological Competition and Exporting Political Illiberalism. Council on Foreign Relations [Em linha], (26 Set. 2019). [Consult. 4 ago. 2020]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.cfr.org/blog/chinas-digital-silk-road-strategic>>.

- technological-competition-and-exporting-political>.
- CHINA, Comissão Nacional do Desenvolvimento e Reforma, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ministério do Comércio da República Popular da (2015) - Visão e Ações para Promover a Construção Conjunta da Faixa Económica da Rota da Seda e da Rota Marítima da Seda do Século XXI. (Março de 2015).
- CHINA, The General Office of the State Council of the People's Republic of (2017) - Guidelines on Further Guiding and Regulating Overseas Investment. (4 Abr. 2017).
- CHINA, The State Council Information Office of the People's Republic of (2019) - White Paper on National Defense in New Era. 1a ed. [S.l.]: Foreign Languages Press. (Julho de 2019). ISBN 978-92-1-112985-4.
- CHINA POWER TEAM (2019) - How influential is China in the WTO?. China Power [Em linha]. (31 Jul. 2019). [Consult. 2 set. 2019]. Disponível em WWW:<URL:<https://chinapower.csis.org/china-world-trade-organization-wto/>>.
- CHINA POWER TEAM (2020) - What does China really spend on its military?. China Power [Em linha]. (20 mai. 2020). [Consult. 22 mai. 2020]. Disponível em WWW:<URL:<http://chinapower.csis.org/military-spending/>>.
- CHINAFILE (2013) - Document 9: A ChinaFile Translation - How Much Is a Hardline Party Directive Shaping China's Current Political Climate?. ChinaFile [Em linha], (8 Nov. 2013). [Consult. 20 mai. 2020]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.chinafile.com/document-9-chinafile-translation>>.
- CORREIA, Pedro De Pezarat (2015) - Teorias Globais do Poder Mundial. Em Manual de Geopolítica e Geoestratégia - conceitos, teorias, doutrinas. Cosmopolis. [S.l.]: Almedina. vol. I.
- DEVLIN, Kat; HUANG, Christine (2020) - How People in Taiwan View Mainland China and the U.S. Pew Research Center [Em linha], (12 Mai. 2020). [Consult. 29 mai. 2020]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.pewresearch.org/global/2020/05/12/in-taiwan-views-of-mainland-china-mostly-negative/>>.
- DOSHI, Rush (2020) - China Steps Up Its Information War in Taiwan. Foreign Affairs. [Em linha] (9 Jan. 2020). [Consult. 15 out. 2020]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2020-01-09/china-steps-its-information-war-taiwan>>. ISSN 0015-7120.
- ECONOMY, Elizabeth (2018) - The Third Revolution - Xi Jinping and the New Chinese State. New York: Oxford. ISBN 978-0-19-086607-5.
- FRITZ, Audrey (2019) - China's Evolving Conception of Civil-Military Collaboration. Center for Strategic & International Studies [Em linha]. (2 Ago. 2019). [Consult. 19 mai. 2020]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.csis.org/blogs/trustee-china-hand/chinas-evolving-conception-civil-military-collaboration>>.
- GASPAR, Carlos (2020) - O mundo de amanhã: Geopolítica contemporânea. [S.l.] : Fundação Francisco Manuel dos Santos.

- GLASER, Bonnie; FUNAIOLE, Matthew P. (2020) - China's Provocations Around Taiwan Aren't a Crisis. Foreign Policy. [Em linha] (15 Mai. 2020). [Consult. 1 jun. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://foreignpolicy.com/2020/05/15/chinas-provocations-around-taiwan-arent-a-crisis/>.
- GLOBAL TIMES (2020a) - China's GDP grows 6.1% in 2019 despite trade war sting. Global Times [Em linha]. (17 Jan. 2020). [Consult. 12 nov. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://www.globaltimes.cn/content/1177171.shtml>.
- GLOBAL TIMES (2020b) - 6.6% defense budget increase to secure China's interests; spending more efficient than US. Global Times [Em linha]. (22 Mai. 2020). [Consult. 16 out. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://www.globaltimes.cn/content/1189159.shtml>.
- HOLTOM, Paul; BROMLEY, Mark; SIMMEL, Verena (2012) - SIPRI Fact Sheet: Measuring International Arms Transfers. Stockholm International Peace Research. (Dez. 2012).
- HURUN (2020) - Hurun Global Unicorn Index. The Hurun Research Institute [Em linha]. (4 Ago. 2020). [Consult. 6 ago. 2020]. Disponível em WWW:<URL:http://www.hurun.net/EN/Article/Details?num=E0D67D6B2DB5>.
- ILHÉU, Fernanda (2020) - The Global Value Chains and the Evolution of Chinese Economic Model. Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina. 2020.
- JACQUES, Martin (2012) - Quando a China Mandar no Mundo O fim do mundo ocidental e o nascimento de uma nova ordem global. [S.l.]: Temas e Debates. ISBN 978-989-644-196-8.
- KANIA, Elsa B. (2019) - Chinese Military Innovation in Artificial Intelligence. Center for a New American Security. (7 Jun. 2019).
- KENNEDY, Scott (2015) - Made in China 2025. Center for Strategic & International Studies [Em linha]. (1 Jun. 2015). [Consult. 2 jul. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://www.csis.org/analysis/made-china-2025>.
- KUGLER, Jacek; ORGANSKI, A. F. K. (1989) - The Power Transition: A Retrospective and Prospective Evaluation. Em Handbook of War Studies.
- LEE, Seungha (2020) - Coming into Focus: China's Facial Recognition Regulations. Center for Strategic & International Studies [Em linha]. (4 Mai. 2020). [Consult. 19 mai. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://www.csis.org/blogs/trustee-china-hand/coming-focus-chinas-facial-recognition-regulations>.
- LINK, Perry (2015) - What It Means to Be Chinese. Foreign Affairs. [Em linha] 94:3 (May-June 2015). [Consult. 20 mai. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2015-04-20/what-it-means-be-chinese>. ISSN 0015-7120.
- LUSA (2020) - Do 5G ao terminal de Sines. Os negócios da China em Portugal que os EUA querem travar. Renascença [Em linha]. (28 Set. 2020). [Consult. 9 nov. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://rr.sapo.pt/2020/09/28/mundo/

- do-5g-ao-terminal-de-sines-os-negocios-da-china-em-portugal-que-os-eua-querem-travar/noticia/208856/>.
- MAÇÃES, Bruno (2018a) - Belt and Road - A Chinese World Order. London: Hurst & Company. ISBN 978-1-78738-002-8.
- MAÇÃES, Bruno (2018b) - O Despertar da Eurásia. [S.l.] : Temas e Debates. ISBN 978-989-644-525-6.
- MAHAN, Alfred T. (1890) - The Influence of Seapower on History,1660-1783. [S.l.] : Little, Brown, and Company.
- MAIZLAND, Lindsay (2020) - China's Repression of Uighurs in Xinjiang. Council on Foreign Relations [Em linha]. [Consult. 25 mai. 2020]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.cfr.org/backgrounders/chinas-repression-uighurs-xinjiang>>.
- MCCARTHY, Simone (2019) - Will China's revised cybersecurity rules put foreign firms at risk of losing their secrets?. South China Morning Post [Em linha]. (13 Out. 2019). [Consult. 13 mai. 2020]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3032649/will-chinas-revised-cybersecurity-law-put-foreign-firms-risk>>.
- MEARSHEIMER, John J. (2014) - Can China Rise Peacefully? The National Interest. 2014.
- NYE, Joseph S. (2006) - Think Again: Soft Power. Foreign Policy [Em linha] (23 Fev. 2006). [Consult. 5 out. 2020]. Disponível em WWW:<URL:<https://foreignpolicy.com/2006/02/23/think-again-soft-power/>>.
- POLK, Andrew (2018) - China Is Quietly Setting Global Standards. Bloomberg [Em linha]. (6 Mai. 2018). [Consult. 21 jul. 2020]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.bloomberg.com/opinion/articles/2018-05-06/china-is-quietly-setting-global-standards>>.
- RAMZY, Austin; BUCKLEY, Chris (2019) - 'Absolutely No Mercy': Leaked Files Expose How China Organized Mass Detentions of Muslims. The New York Times. [Em linha]. (16 nov. 2019). [Consult. 23 mai. 2020]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.nytimes.com/interactive/2019/11/16/world/asia/china-xinjiang-documents.html>>.
- SALTSKOG, Mollie; CLARKE, Colin P. (2020) - China's Rights Abuses in Xinjiang Could Provoke a Global Terrorist Backlash - Washington Should Help Beijing Fight Extremism Without Resorting to Repression. Foreign Affairs [Em linha]. (16 Jan. 2020). [Consult. 23 mai. 2020]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2020-01-16/chinas-rights-abuses-xinjiang-could-provoke-global-terrorist-backlash>>. ISSN 0015-7120.
- SHAHBAZ, Adrian; FUNK, Allie (2019) - Freedom on the Net: The crisis of Social Media. [S.l.]: Freedom House.
- SHIH, Lun; CHOW, Alex (2019) - A review of the Consensus-building of One Country, Two Systems in the 1980s and 1990s. Contemporary Chinese Political

- Economy and Strategic Relations: An International Journal. 5:2 (June-August 2019).
- STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (2020a) - TIV of Arms Exports from China, 2000-2019. SIPRI [Em linha], atual. 2020. [Consult. 2 nov. 2020]. Disponível em WWW:<URL: https://armstrade.sipri.org/armstrade/html/export_values.php>.
- STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (2020b) - TIV of Arms Exports from the top 10 largest exporters, 2019. SIPRI [Em linha], atual. 2020. [Consult. 2 nov. 2020]. Disponível em WWW:<URL: https://armstrade.sipri.org/armstrade/html/export_toplist.php>.
- STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (2020c) - TIV of Arms Exports to China, 2000-2019. SIPRI [Em linha], atual. 2020. [Consult. 2 nov. 2020]. Disponível em WWW:<URL:https://armstrade.sipri.org/armstrade/html/export_values.php>.
- STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (2020d) - TIV of Arms Imports to the top 10 largest importers, 2019. SIPRI [Em linha], atual. 2020. [Consult. 2 nov. 2020]. Disponível em WWW:<URL: https://armstrade.sipri.org/armstrade/html/export_toplist.php>.
- TAJ, Hadeeka (2019) - China's new Silk Road or debt-trap diplomacy?. Global Risk Insights [Em linha]. (5 Mai. 2019). [Consult. 14 jul. 2020]. Disponível em WWW:<URL:<https://globalriskinsights.com/2019/05/china-debt-diplomacy/>>.
- THE CHINESE UNIVERSITY OF HONG KONG (2017) - Public Opinion & Political Development in Hong Kong. [S.l.]: Centre for Communication and Public Opinion Survey. (7 Jun. 2017).
- THE CONSTITUTION OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (2020) - The Basic Law of the Hong Kong Special Administrative Region of the People's Republic of China.
- THE WORLD BANK GROUP (2021a) - GDP ranking [Em linha]. Washington, DC: The World Bank. Group. [Consult. 9 set. 2021]. Disponível em WWW:<URL: <https://datacatalog.worldbank.org/dataset/gdp-ranking> >.
- THE WORLD BANK GROUP (2021b) - Households and NPISHs final consumption expenditure (% of GDP) - United States, Germany, Japan | Data. [Em linha]. [Consult. 12 nov. 2020]. Disponível em WWW:<URL: <https://data.worldbank.org/indicator/NE.CON.PRVT.ZS?locations=US-DE-JP>>.
- TIAN, Nan *et al.* (2020) - Trends in world military expenditure, 2019. [S.l.]: SIPRI. (Abril de 2020).
- TIAN, Yew Lun (2020) - Attack on Taiwan an option to stop independence, top China general says. Reuters [Em linha] (29 Mai. 2020). . [Consult. 1 jun. 2020]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.reuters.com/article/us-china-taiwan-security-idUSKBN2350AD>>.

- UNCTAD (2021) - World Investment Report 2021 - Investing in sustainable recovery. New York: United Nations Publication. 2021. ISBN 978-92-1-005463-8.
- UNIVERSITY OF HONG KONG (2019) - 身份類別認同(按次計算) Categorical Ethnic Identity (per poll). Public Opinion Programme [Em linha] [Consult. 28 mai. 2020]. Disponível em WWW:<URL: https://www.hkpop.hku.hk/english/popexpress/ethnic/eidentity/poll/eid_poll_chart.html>.
- VASCONCELOS, Tiago (2009) - A Ascensão da China, Acomodação Pacífica ou Grande Guerra? [S.l.]: Almedina.
- WALT, Stephen M. (1990) - The origins of alliances. Ithaca: Cornell University Press,. ISBN 978-0-8014-9418-5.
- WANG, Austin *et al.* (2018) - What Does the 1992 Consensus Mean to Citizens in Taiwan?. The Diplomat [Em linha] (10 Nov. 2020). [Consult. 29 mai. 2020]. Disponível em WWW:<URL: <https://thediplomat.com/2018/11/what-does-the-1992-consensus-mean-to-citizens-in-taiwan/>>.
- WIPO (2020) - Interactive Charts: IP Facts and Figures. World International Property Organization [Em linha]. (Março de 2020). [Consult. 1 jul. 2020]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.wipo.int/edocs/infogdocs/en/ipfactsandfigures2019/>>.
- WTO (2021) - World Trade Statistical Review. [S.l.]: 2021. ISBN 978-92-870-5148-6.
- XINHUA (2019) - China to lower defense budget growth to 7.5%. Xinhua [Em linha]. (5 Mar. 2019) [Consult. 30 out. 2020]. Disponível em WWW:<URL:http://english.www.gov.cn/news/top_news/2019/03/05/content_281476549650820.htm>.
- XINHUA (2020a) - China firm on achieving development goals of 2020, though setting no specific growth target. Xinhua [Em linha]. (22 Mai. 2020). [Consult. 2 jul. 2020]. Disponível em WWW:<URL:http://english.www.gov.cn/premier/news/202005/22/content_WS5ec72cb3c6d0b3f0e9498312.html>.
- XINHUA (2020b) - Draft decision on HK national security legislation submitted to NPC. Xinhua [Em linha]. (22 Mai. 2020). [Consult. 12 nov. 2020]. Disponível em WWW:<URL:<http://en.people.cn/n3/2020/0522/c90000-9693142.html>>.